

FACULDADE LATINO-AMERICANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

**JUNIEL DE SOUSA LIMA**

ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSENTAMENTO RENASCER NO CAMPO EM  
ALTOS-PIAUI

ALTOS-PIAUI  
2023

Juniel de Sousa Lima

ESTUDO DE CASO SOBRE O ASSENTAMENTO  
RENASCER NO CAMPO EM ALTOS-PIAUI

Dissertação apresentada ao curso Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais e Fundação Perseu Abramo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas.

Orientadora: Profa. Dr.<sup>a</sup> Thamires Cristina da Silva

Altos-Piauí

2023

## Ficha Catalográfica

LIMA, Juniel de Sousa.

Estudo de caso sobre o assentamento Renascer do Campo em Altos-Piauí / Juniel de Sousa Lima. Altos-PI: FLACSO/FPA, 2023.

Quantidade de folhas f.:107.

Dissertação (Magíster en Estado, Gobierno y Políticas Públicas), Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Maestría Estado, Gobierno y Políticas Públicas, 2023

Orientadora: Proa. Dr.<sup>a</sup> Thamires Cristina da Silva

Juniel de Sousa Lima

ESTUDO DE CASO SOBRE O  
ASSENTAMENTO RENASCER DO  
CAMPO EM ALTOS-PIAUI

Dissertação apresentada ao curso  
Maestría Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas da Faculdade Latino-Americana  
de Ciências Sociais e Fundação Perseu  
Abramo, como parte dos requisitos  
necessários à obtenção do título de  
Magíster en Estado, Gobierno y Políticas  
Públicas.

Aprovado em \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

---

Profa. Dr.<sup>a</sup> Thamires Cristina da Silva  
FLACSO Brasil/FPA

---

Profa. Ma. Profa. Ma. Leticia de Alcântara Moreira  
FLACSO Brasil/FPA

---

Prof. Dr. Marcondes Brito da Costa  
Instituto Federal do Piauí-IFPI

---

Prof. Dr. Prof. Dr. Samuel Correa Duarte  
Universidade Federal do Maranhão-UFMA (Suplente)

## DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, pois sem Ele nada seria possível.

À minha família, que sempre me apoiou e motivou em todas as etapas da vida, em especial a minha esposa e filhos, por serem exemplos de perseverança e dedicação.

A minha orientadora, que dedicou seu tempo e conhecimento para me orientar durante todo o processo de pesquisa.

A todos os amigos que contribuíram de alguma maneira para a realização deste trabalho, em especial àqueles que estiveram presentes em minha jornada acadêmica.

Por fim, dedico este trabalho à sociedade altoense, com a esperança de que possa contribuir de alguma forma para o desenvolvimento e aprimoramento da área de pesquisa em questão.

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer a todas as pessoas e instituições que contribuíram para a realização desta dissertação. Primeiramente, agradeço à minha orientadora, Dr.<sup>a</sup> Thamires Silva, pela paciência, sabedoria e incentivo durante todo o processo de elaboração deste trabalho. Suas sugestões e críticas foram fundamentais para aprimorar a qualidade do estudo e, sem ela, não teríamos chegado até aqui.

Agradeço também aos professores da instituição pelos ensinamentos e discussões que permitiram aprofundar os conhecimentos sobre o tema. Aos amigos que colaboraram com informações, sugestões e debates, minha gratidão. A troca de ideias e o apoio emocional foram fundamentais para a finalização desta dissertação.

Aos sujeitos que participaram das entrevistas e responderam aos questionários, agradeço a disposição em compartilhar suas experiências e opiniões, proporcionando uma rica fonte de informações para o estudo.

Por fim, agradeço a minha companheira e amada esposa, pelo incentivo, amor e compreensão durante todo o período de elaboração do trabalho. Seu apoio incondicional foi essencial para que eu pudesse me dedicar e alcançar esse resultado. Obrigado a todos!

## RESUMO

Esta dissertação abordou aspectos históricos e sociais sobre a formação do assentamento Renascer no Campo, localizado em Altos-Piauí, para compreender o papel das políticas públicas relativas à reforma agrária voltadas para os trabalhadores rurais da região. O estudo de caso proposto abrangeu uma revisão bibliográfica para estabelecer um debate sobre o processo histórico da reforma agrária no Brasil e, especificamente, no estado do Piauí (PI). Em seguida, buscou-se identificar as principais reivindicações do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e como foram acolhidas pelos órgãos do Estado responsáveis pela reforma agrária, fornecendo um breve histórico do Instituto Nacional de colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Instituto de Terras do Piauí (INTERPI), com ênfase sobre dois programas: o Programa Nacional do Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) e o Programa Nacional do Crédito Fundiário (PNCF). Para a pesquisa de campo, foram contatadas lideranças sindicais do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) que responderam a um questionário estruturado, sendo algumas delas destacadas para entrevistas semidirigidas. O objetivo foi compreender, através de suas vivências de luta por terra, o retrato atual sobre a reforma agrária no Brasil. Foi detectado que a criação de assentamentos se mantém como uma importante política pública para os trabalhadores rurais altoenses de modo a garantir-lhes o direito à terra e ao acesso a recursos naturais a pequenos agricultores.

**Palavras-chave:** Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais. Reforma Agrária, Assentamentos em Altos-PI.

## **ABSTRACT**

This dissertation addressed the creation of the Reborn in the Field settlement in Altos-PI. With the emphasis on public policies aimed at rural workers, The present study seeks to bring a reflection of the bodies responsible for agrarian reform in Brazil and Piauí The creation of settlements is an important policy to guarantee the right to land and access to natural resources to small farmers. The text provides a brief historical narrative of the National Institute for Colonization and Agrarian Reform (INCRA) and the Land Institute of Piauí (INTERPI) and the programs: National Program for Strengthening Family Agriculture (PRONAF) and the National Land Crédito Program (PNCF). The proposed theme, the Case Study of the Reborn in the Field settlement in Altos-Piauí, was worked through a bibliographic review of authors who address the issue of the historical process of agrarian reform in Brazil and Piauí. The peasants were interviewed with the aim of perceiving in their experiences, their history in the struggle for land. With the research it was detected that the creation of settlements was an important public policy for rural workers from Altoense to guarantee the right to land and access to natural resources to small farmers.

**Keywords:** Union of Rural Workers. Agrarian Reform, Settlements in Altos-PI.



## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

**ALTACAM**- Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior.

**ACOMDEPRARC**- Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Assentamento Renascer no Campo

**ATES**- Assessoria Técnica, Social e Ambiental

**CF/88**-Constituição Federal de 1988.

**CNTTR** - Congresso Nacional de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

**CONTAG** - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura.

**FETAGs** - Federações Estaduais de Trabalhadores na Agricultura.

**FETRAF** - Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar.

**FHC** - Fernando Henrique Cardoso.

**IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**II PNRA** - II Plano Nacional de Reforma Agrária.

**INCRA**- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

**INTERPI** - Instituto de Terras do Piauí.

**MCIDADES**- Ministério das cidades.

**MDA** - Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**MIRAD** - Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário.

**MST** - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

**MSTTR** - Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

**PNCF** Programa Nacional de Crédito Fundiário.

**PNRA** - Plano Nacional da Reforma Agrária.

**PRONAF** - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

**PRORURAL** - Programa de Assistência ao Trabalhador Rural.

**PT** - Partido dos Trabalhadores.

**PTB**- Partido Trabalhista Brasileiro

**SEBRAE**- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

**STR** - Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Hoje a terminologia utilizada, como forma de avançar na discussão sobre a questão de gênero é **STTR** - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais.

**UDN**- União Democrata Nacional

**ULTAB** - União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Altos, Assentamento Renascer no Campo .....	34
Figura 2 – Certificação de quitação da terra .....	36
Figura 3 – Plantio de milho no quintal de um morador no assentamento .....	37
Figura 4 – Pé de Sapucaia .....	38
Figura 5 – Ladeira do Espinheiro .....	39
Figura 6 – Bar do Sergio.....	45
Figura 7 – Vista aérea do Assentamento Renascer no Campo .....	46
Figura 8 – Planta do Assentamento .....	47
Figura 9 – Rua única do Assentamento.....	48
Figura 10 – Estilo das primeiras casas construída no assentamento .....	49
Figura 11 – Posto de saúde do bairro tranqueira zona urbana de Altos .....	52
Figura 12 – Deposito de Lixo presente no Assentamento .....	54
Figura 13 – Poço Tubular do assentamento .....	56
Figura 14 – Caixa d'água do assentamento .....	56
Figura 15 – Famílias reunidas no assentamento renascer no campo descascando mandioca no período da farinhada .....	59
Figura 16 – Casa de forno .....	59
Figura 17 – Famílias reunidas no assentamento renascer no campo no período da farinhada.....	60
Figura 18 – Pesquisador participando da Farinhada .....	61
Figura 19 – Ladeira do espinheiro que dá acesso ao assentamento.....	75
Figura 20 – Ladeira do espinheiro que dá acesso ao assentamento.....	75
Figura 21 – Bar do Sergio na localidade espinheiro, local de encontro dos assentados da região, para conversa e prática de esportes.....	77
Figura 22 – Balneário lua cheia, lugar de lazer da comunidade espinheiro e adjacentes .....	77
Figura 23 – Balneário lua cheia, lugar de lazer da comunidade espinheiro e adjacentes. ....	78
Figura 24 – Modelo de declaração de desistente do Renascer no Campo. ....	79

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	1
Descrição sobre a metodologia .....	2
CAPÍTULO 1 – REFORMA AGRÁRIA.....	5
1.1 Contexto Histórico da Reforma Agrária no Brasil .....	5
1.3 As Ligas Camponesas no Piauí .....	13
1.4 A Participação do sindicato rural na reforma agrária de Altos- Piauí .....	17
1.5.3 Assentamentos ligados ao PNCF .....	29
CAPÍTULO 2 – O MUNICÍPIO DE ALTOS E O ASSENTAMENTO RENASCER NO CAMPO.....	33
2.5 Saúde .....	51
2.6 Abastecimento de energia .....	52
2.7 Descarte de Resíduos Sólidos .....	53
2.9 Educação.....	57
2.10 Economia.....	57
2.11 Perfil das famílias assentadas .....	63
CAPÍTULO 3 – RELATOS SOBRE AS VIVÊNCIAS DOS ASSENTADOS DO RENASCER DO CAMPO.....	64
3.1 Relatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Altoenses sobre a Criação do Assentamento Renascer no Campo.....	66
3.2 Dificuldades enfrentadas pelos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Renascer no Campo em Altos-PI.....	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	89
APÊNDICES .....	92
Apêndice 1- Questionário Aplicado aos moradores do Assentamento Renascer no Campo.....	92
Apêndice 2- Documento da Fundação do STTR .....	93

## INTRODUÇÃO

Uma das principais políticas públicas para garantir o direito à terra e aos recursos naturais de pequenos agricultores é a criação de assentamentos. A eficácia das políticas públicas em execução, como habitação, saúde e educação, deve ser continuamente avaliada e discutida de acordo com as condições atuais para permitir correções e ajustes necessários.

Conforme afirmado por Bergamasco e Norder (1996, p. 7), de forma abrangente, os assentamentos rurais podem ser caracterizados como a implementação de novas propriedades agrícolas, por meio de iniciativas governamentais com o objetivo de reorganizar a distribuição da terra, visando beneficiar os trabalhadores rurais que não possuem terra suficiente ou não a possuem.

Nesse contexto, propõe-se discutir o processo de criação do Assentamento Renascer no Campo, localizado em Altos-Piauí. A cidade, que teve origem no início do século XIX, recebeu seus primeiros habitantes oriundos de outras províncias do Nordeste, como a Família de João de Paiva, que deixou o Ceará devido às condições climáticas precárias

A pesquisa se concentrou nos movimentos sociais e assentamentos, em particular no Assentamento Renascer no Campo, com o objetivo de investigar como a criação do assentamento ocorreu, quais benefícios foram adquiridos pelos moradores e quais órgãos são responsáveis pela reforma agrária que resultou na criação de assentamentos no Piauí e em Altos.

O Assentamento Renascer no Campo, foi criado durante o primeiro mandato do governo Lula (2005), quando se estabeleceu o Ministério das Cidades para combater problemas relacionados a assentamentos precários e garantir o direito a uma moradia digna para a população de baixa renda, por meio do Crédito Fundiário. Sendo essa região tipicamente rural, nasce um grande interesse em discutir e contextualizar a história e as lutas dos trabalhadores rurais que conquistaram seus direitos e o acesso à terra para uma vida digna no campo.

Essas análises fizeram com que tivéssemos o desejo de pesquisar e escrever acerca do Assentamento Renascer no Campo e abordar a contextualização histórica

que envolve sua criação e atuação no município de Altos-PI. E, acima de tudo, por nos encontrarmos na condição natural de ser altoense, filho de lavrador, assentado, despertou-nos o interesse pelos assentamentos e movimentos sociais que buscam modificar a realidade histórica do homem do campo dentro deste município (Altos) que é tipicamente rural.

Com esta pesquisa, esperamos ter contribuído para a discussão sobre políticas públicas voltadas à reforma agrária e ao acesso à terra, especialmente para a população rural de baixa renda. Além disso, nosso objetivo é trazer à tona a luta histórica dos trabalhadores rurais que conquistaram seus direitos e entender como essa conquista impactou na melhoria das suas condições de vida no campo. Por fim, ressalta-se a importância da realização de pesquisas nesse âmbito para contribuir para a construção de políticas públicas mais justas e efetivas para a população do campo, que ainda enfrenta desafios e dificuldades para garantir seu sustento e sua sobrevivência.

### **Descrição sobre a metodologia**

O tema proposto foi trabalhado através de uma revisão bibliográfica de autores que abordam a questão do processo histórico da reforma agrária no Brasil, entre os quais: Silva (2001), Linhares e Silva (1999), Medeiros (2003), Scolese (2005), Medeiros, (1996). Usou-se os escritos de Hoefle, (1990,) para entender sobre o habitat natural dos assentados, além de Thompson (1981) para compreender sobre a importância da história oral. E outros autores que serão vistos durante o texto.

Para entender a trajetória dos trabalhadores altoenses até a culminância do projeto de criação do assentamento na zona rural, utilizaram-se os escritos da autora Maria da Glória Gohn (2003), pois, de acordo com a autora, a luta social pela terra “acontece no campo, mas ela ‘se faz’ é na cidade.” Busquei também junto a biblioteca municipal de Altos, João Bastos, referências de autores locais para entender o processo de colonização do município altoense, além de pesquisar o jornal O Altoense de Chiquinho cazusa.

Durante o segundo semestre de 2022, realizamos uma visita ao Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do município de Altos, localizado no estado do Piauí. Durante a visita, utilizamos o aplicativo gravador de voz, previamente baixado em meu celular, para realizar entrevistas com o atual dirigente, ex-dirigente e

associados do sindicato. O objetivo das entrevistas foi compreender a fundação do sindicato e a participação deles junto aos camponeses de Altos na luta pela reforma agrária. Além disso, também nos dirigimos até a localidade de Malhada Alta, que faz parte da região do Assentamento pesquisado.

Durante a visita, realizamos a observação das residências dos moradores, da rua e das instalações da rede de energia e água. Também pudemos verificar os locais destinados ao cultivo, conhecidos como roças. Além disso, tivemos conversas informais com os assentados e aplicamos um questionário com perguntas estruturadas, o qual está anexado a este documento. Foram entrevistados dez (10) moradores locais, dos quais selecionamos seis (06) para descrição e comentário em função de sua maior relevância para esta dissertação, por apresentarem informações mais claras e detalhadas sobre as lutas e conquistas dos assentados. Conversamos com uma jovem, filha de um assentado para compreender o motivo de ela não ter ido morar com seu pai no assentamento

Também entrevistamos um antigo assentado, que já deixou o assentamento e agora vive em outro lugar, para entender os desafios enfrentados na vida no assentamento e as razões pelas quais ele decidiu deixar o local. Por fim, entrevistamos o líder comunitário que reside no assentamento há mais de quinze anos, que nos forneceu informações sobre a organização social e política dos assentados.

Entrevistamos os camponeses, com objetivo de perceber, nas suas vivências, sua história na luta por terra desde as primeiras reuniões até a fundação do Acampamento. Dessa forma, pudemos relacionar os depoimentos em busca de pontos comuns nessa série de lutas e compreender suas ações no cotidiano. Através das entrevistas, obtivemos muitas histórias que serviram de norteamento para a execução deste trabalho. E sobre a história Oral Thompson relata

a história oral ao contrário torna possível um julgamento muito mais imparcial: as testemunhas podem, agora, ser convocadas também de entre as classes subalternas, os derrotados. Isso propicia uma reconstrução mais realista e mais imparcial do passado, uma contestação ao relato tido como verdadeiro. Ao favor da mensagem social da história como um todo (Thompson 1981 pag.26).

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo (...) traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade. Ajuda os menos privilegiados, especialmente os idosos, a conquistar dignidade e autoconfiança. (THOMPSON, 1981, P. 44).

A Dissertação está organizada em três capítulos. No primeiro capítulo relatamos aspectos históricos, políticos, econômicos e sociais relacionados à reforma agrária em nosso país, em seguida, uma narrativa da questão agrária no estado do Piauí, uma breve análise das ligas camponesas no Piauí e a criação e participação do sindicato rural na reforma agrária altoense, além de abordar como se deu a formação do Assentamento Renascer no Campo, e a trajetória dos trabalhadores altoenses até se instalarem na terra. Posteriormente encontra-se uma explicação dos órgãos governamentais INCRA, INTERPI e o programa PNCF e seus trabalhos na reforma agrária.

No segundo capítulo, abordamos a criação do município altoense e suas evidências geográficas, a Criação do Assentamento Renascer no Campo, sua organização, infraestrutura e os aspectos da moradia, saneamento básico, saúde, abastecimento de água, energia, além de analisar o perfil social, escolar e econômico dos moradores.

No terceiro capítulo, fazemos uma sistematização das experiências dos moradores, através das análises das entrevistas realizadas no assentamento. E finalizamos com análises de campo realizada a partir de 2022, e com diversas entrevistas envolvendo os camponeses (as), representantes de órgãos oficiais e lideranças de movimentos sociais, importante trabalho para aquisição de informações empíricas, e essas análises pretendem verificar se os moradores tiveram ou não melhorias individuais, familiares e coletivas com a criação do assentamento.

Por fim, a dissertação pretende contribuir para o debate sobre a reforma agrária e o desenvolvimento rural no Brasil, destacando a importância da organização dos trabalhadores rurais e da participação das comunidades na construção de um modelo de desenvolvimento mais justo e sustentável.



## **CAPÍTULO 1 – REFORMA AGRÁRIA**

### **1.1 Contexto Histórico da Reforma Agrária no Brasil**

De acordo com Arantes (2003) e Martins (2010), a questão agrária brasileira não é um acontecimento recente, mas está intrinsecamente ligada ao período de colonização promovido pelos portugueses a partir do século XVI. Ou seja, a questão agrária brasileira não é um acontecimento atual, mas remete-se ao período em que os portugueses proporcionaram a ocupação das terras e empreenderam o processo de colonização incentivado a partir do século XVI.

A colonização do território brasileiro iniciou-se com a doação de grandes extensões de terra a particulares, intitulada de sesmarias, originando assim os grandes latifúndios. Os latifundiários beneficiados com a concessão das sesmarias deviam cumprir determinadas obrigações; entre elas a de comprometer-se a cultivar a terra e a demarcá-la. Entretanto, muitos sesmeiros não cumpriram com esse acordo, e esse precedente possibilitou o surgimento do posseiro, que passou a ocupar e a cultivar as terras improdutivas.

Para tentar pôr alguma ordem no campo e revalidar as concessões de sesmaria, havia uma necessidade de ordenação jurídica, sendo assim, o imperador do Brasil, Dom Pedro II, promulgou a Lei nº 601/1850, conhecida como Lei de Terras, a primeira legislação agrária brasileira. Essa Lei definia que todas as terras devolutas só poderiam ser apropriadas mediante instrumento de compra e venda. Apesar disso, Guimarães (2006) destacou que houve intensa resistência à promulgação dessa Lei, a qual, mesmo depois de aprovada, continuou sem execução durante quatro anos, até sua normatização definitiva em 1854.

Silva (1996) diz que o propósito maior da Lei de Terras, era a demarcação das terras devolutas; e a partir da Constituição de 1891, essa tarefa foi colocada sob a tutela dos estados, acarretando, um poder muito considerável para as oligarquias regionais, as quais conferiam apoio ao governo central. Com a criação da Lei de Terras, o modelo de plantation<sup>1</sup> entra em decadência, ou seja, os trabalhadores

---

<sup>1</sup> Sistema agrícola implantado pela corte portuguesa no início da colonização do Brasil, que tinha como característica mão de obra escravizada, latifúndio e monocultura.

escravizados iniciam o processo de luta por liberdade, provocando a falta de mão de obra no campo.

Para resolver esse problema, o governo brasileiro inicia o incentivo à vinda de trabalhadores camponeses pobres da Europa, pois essa mão-de-obra poderia compensar o trabalho que era, até então, realizado pelos negros africanos. A partir de 1851, intensifica-se a imigração de trabalhadores de várias partes da Europa, que se integraram às lavouras de café, de cana-de-açúcar e à produção de alimentos para a cidade, no sistema de colonato<sup>2</sup>. Alguns imigrantes receberam lotes de terra, mas tiveram que trabalhar muito para pagar e fazê-la produzir.

Em síntese, predominaram os instrumentos que estavam em harmonia com o objetivo imediato da classe latifundiária: Impor o imigrante a utilizar sua força de trabalho. Com o início da redemocratização do Brasil, 1945, os imigrantes, que trabalhavam nas grandes fazendas, começaram a reivindicar melhores condições de moradia e trabalho semelhante aos trabalhadores urbanos. Medeiros (1989) explicita esses eventos nas palavras a seguir:

Somente de 1949 a 1954 conseguimos registrar 55 ocorrências de greves em fazendas de cacau, cana e, principalmente, nos cafezais paulistas. Essas greves sempre se davam por fazenda e a maior parte delas era por aumento salarial, havendo também algumas que demandavam pagamentos de salários atrasados ou férias remuneradas (MEDEIROS, 1989, p. 24).

De acordo com Medeiros (1989), os trabalhadores imigrantes começaram a se unir em paralisação e greves, exigindo boas condições de trabalho, pagamentos e aumentos de salários. Posteriormente, esses trabalhadores denominados de meeiros<sup>3</sup>, parceiros<sup>4</sup> e arrendatários<sup>5</sup> deixam “um pouco de lado” o conflito por melhores condições de trabalho, e passam a reivindicar a posse da terra arrendada.

Com a Chegada de João Goulart na presidência da república brasileira, depois da renúncia de Jânio Quadros, retorna a discussão sobre a necessidade de uma

---

<sup>2</sup> Sistema em que os imigrantes começaram a substituir a mão de obra escrava nas fazendas, e faziam contratos para adquirir o direito de explorar a terra; e em contrapartida eram obrigados a ceder parte da produção para os proprietários da terra,

<sup>3</sup> Trabalhador que planta nas terras dos latifundiários dividindo a metade de sua produção

<sup>4</sup> Idem

<sup>5</sup> Trabalhador que arrenda a terra, ou seja, utiliza parte da terra dos latifundiários que também são chamados de arrendatários.

Reforma Agrária eficácia no Brasil. Barbosa (2010) relata que quando assumiu a presidência, João Goulart cria a Superintendência para Reforma Agrária (SUPRA), autarquia que tem a missão de criar e organizar circunstâncias políticas e institucionais para a efetivação da reforma agrária. João Goulart também sanciona a Lei nº 4.214/1963, denominada de Estatuto do Trabalhador Rural, garantindo os direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais e devendo observar os seguintes objetivos mínimos:

- a) nenhum trabalhador que, durante um ciclo agrícola completo, tiver ocupado terras virgens e nelas permanecido sem contestação, será obrigado a pagar renda sobre a terra economicamente utilizada;
- b) nenhum trabalhador agrícola, foreiro ou arrendatário por dois ou mais anos em uma propriedade, poderá ser privado de terras para trabalhar, ou de trabalho, sem justa indenização;
- c) nenhum trabalhador que obtiver da terra em que trabalha - ao nível da técnica que lhe é acessível - rendimento igual ou inferior ao salário-mínimo familiar, a ser fixado regionalmente, deverá pagar renda sobre a terra, qualquer que seja a forma que esta assuma;
- d) todas as terras, consideradas necessárias à produção de alimentos, que não estejam sendo utilizadas ou o estejam para outros fins, com rendimentos inferiores à médias estabelecidas regionalmente, deverão ser desapropriadas para pagamento a longo prazo. (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 1962, P. 194-195).

Depois da implantação do estatuto ocorreu uma centralização do problema fundiário, democratizando a propriedade rural, acabando com as relações ultrapassadas de trabalho gratuito, parcerias e arrendamentos.

Com a instalação do golpe militar de 1964, ocasionando um dos períodos mais sombrios da sociedade brasileira, interrompeu o avanço das lutas sociais que despontavam em todo o país. Trabalhadores rurais e urbanos foram perseguidos. Devido às constantes ameaças de morte, os líderes dos movimentos foram forçados ao exílio em outros países. Como uma de suas primeiras ações, a junta militar revogou um decreto de desapropriação de terras devolutas.

E com o intuito de controlar os trabalhadores rurais, que já vinham se organizando em luta pela terra, os militares criaram um novo Estatuto da Terra. O Estatuto da Terra surgiu, segundo Linhares e Silva (1999), como o reconhecimento pela ditadura da existência de uma questão agrária no país.

Com o processo de redemocratização brasileiro, pós ditadura militar, as discursões, referente a reforma agraria volta com fortes atuações partidárias,

sindicatos, igreja e o Movimento dos Sem Terras- MST, criado pelos trabalhadores rurais.

Segundo Linhares e Silva (1999), José Sarney (1985-1989) instituiu em 1985 o Ministério Extraordinário para o Desenvolvimento e Reforma Agrária (MIRAD) e o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), previsto no Estatuto da Terra; extinguiu o INCRA em 1987 e o MIRAD em 1989, transferindo ao Ministério da Agricultura a responsabilidade pela execução da política de reforma agrária no país.

Posteriormente, a elaboração da constituição cidadã em 1988, e com à atuação dos deputados do bloco conservador ruralista, a reforma agrária sofreu um recuo, ocasionando uma derrota das forças progressivas do Congresso e assegurou a permanência das condições de concentração da terra. Os capítulos relevantes da reforma agrária na constituição de 1988, foram referenciados na Lei de Terras. E segundo Medeiros (2003), “as pequenas e médias propriedades rurais menos vulneráveis à desapropriação.

Diante disso, a questão agrária brasileira manteve-se pouco alterada nos anos que sucederam a ditadura militar, o latifúndio e o agronegócio ainda continuam sendo as principais características do campo brasileiro. Diante desse cenário, o MST, assim como vários outros movimentos camponeses, continuou reagindo a essa realidade.

A década de 1990, foi sinalizada pelas lutas entre o movimento camponês, principalmente o MST, e os grandes latifundiários e o governo de Fernando Henrique Cardoso, ambos muitas vezes atuavam juntos contra os movimentos sociais, como foi o caso do massacre de Eldorado dos Carajás<sup>6</sup>, no Estado do Pará. No primeiro Governo de Fernando Henrique Cardoso, FHC (1995-1998), foram registradas 228.144 ocupações de terra e diversas marchas, saques de alimentos e invasões a prédios públicos, realizadas pelos trabalhadores sem terras.

Scolese (2005) diz que, o período foi marcado pelo enfrentamento ao MST e por sua “criminalização”. Nesse governo, priorizou-se a criação de assentamentos e o período foi um dos que mais assentou famílias na história da reforma agrária recente

---

<sup>6</sup> O Massacre de Eldorado dos Carajás foi uma ação da polícia militar do Estado do Pará que resultou em 21 sem-terras mortos, mais uma centena de feridos e mutilados no dia 17 de abril de 1996, na curva do S, PA-150, Eldorado dos Carajás. O dia 17 de abril ficou marcado como dia internacional da luta camponesa.

no Brasil. Em síntese, no primeiro mandato, Fernando Henrique Cardoso apostou que resolveria a questão agrária com a expansão dos assentamentos.

De acordo com dados do INCRA (2017), o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso foi o segundo que mais criou assentamentos, 2.329 além de assentar 294.802 famílias, ficando atrás apenas do primeiro mandato de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2006). No seu segundo mandato (1999-2002), Fernando Henrique Cardoso promove a edição de uma medida provisória que proibia por dois anos as avaliações e as vistorias em terras invadidas, excluiu do programa de reforma agrária os assentados que participassem de invasões e suspendeu todos os processos de assentamento em tramitação durante as ocupações.

Além disso, no governo Fernando Henrique Cardoso o movimento dos trabalhadores Sem Terras perdeu espaço político, diminuíram as invasões, ampliou-se o número de prisões dos líderes dos movimentos sociais. E mesmo o número de famílias acampadas sendo contida, o período entre 1998 e 2002, foram criados 2,739, assentamento no Brasil e mais de 244 mil famílias foram assentadas.

Em 2003, o governo de Luís Inácio Lula da Silva criou o Programa Nacional de Crédito Fundiário, em parceria com os estados, que ofereceram condições para que os trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra pudessem adquirir um imóvel rural por meio de processo de constituição do assentamento. E foi justamente esse programa que possibilitou a criação do objeto de estudo desta pesquisa. Mediante às últimas atualizações dos dados do INCRA, no Brasil, o número de famílias assentadas são de 972.289 com 9.374 assentamentos e 87.9978.041.18 áreas de assentamentos. (INCRA,2017).

Essas informações são referentes ao mês de dezembro de 2017. O INCRA é responsável pela implementação da política de reforma agrária no país, promovendo a distribuição de terras para trabalhadores rurais sem terra e garantindo o desenvolvimento da agricultura familiar. O número de famílias assentadas é um indicador importante do avanço da reforma agrária no país, mas ainda há muito a ser feito para garantir o acesso à terra e a uma vida digna no campo.

## **1.2 A Questão Agrária no Piauí**

A exemplo do ocorrido no Brasil, o Piauí herda do período colonial um legado de exclusão social, nele o extermínio da população nativa e a escravidão têm suas raízes históricas mais fortes. No Piauí a situação não era diferente dos demais Estados brasileiros porque desde sua colonização seus habitantes eram explorados pelos grandes fazendeiros, e muitos dos nativos piauienses foram expulsos de suas propriedades.

Durante a implantação da Torre na Bahia<sup>7</sup> os colonizadores piauienses receberam grandes latifúndios com a finalidade de estabelecer suas fazendas de gado. Com a chegada desses sesmeiros nas regiões piauienses, começou a existir guerras pelas terras, os nativos donos das terras se recusavam a deixá-las para os portugueses que reagiram matando e escravizando os nativos e se apossando dessas terras, instituindo assim as propriedades privadas no Piauí.

A região nordeste, ao longo do tempo sempre foi alvo de exploração e discriminação por parte das autoridades e dirigentes do país, a exploração do latifúndio transforma a região em uma situação de miséria e exploração um local onde muitos têm pouco e poucos têm muito. Os miseráveis trabalhadores rurais que eram explorados por fazendeiro donos de grandes latifúndios e viviam nas terras dos coronéis morando em casa de pau-a-pique e cobertas de palhas de babaçu e sem nenhuma assistência. Viviam sob os domínios dos grandes coronéis latifundiários.

A formação histórica-social do Piauí tem como base a expansão da pecuária pelos sertões nordestinos, segundo Antônio José Medeiro:

Nesse contexto, forjou-se um tipo social de fazendeiro que, embora senhor das terras e de homens, como agente econômico era dado à acomodação. Sua ação o comprava: enfrentamento das precariedades do meio pela simples ação depredadora sobre novos e amplos territórios técnicas rudimentares de manejo do gado; falta de inversão de capital, pois a acumulação consiste no crescimento vegetativo do rebanho e, na incorporação de novas terras; regressão ao nível de subsistência diante das crises intermitentes dos eventuais e reduzidos mercados (MEDEIROS, 1996, p.11).

---

<sup>7</sup> Órgão responsável pela distribuição de sesmarias situada na Bahia representado pelos irmãos D Ávila Francisco e Julião.

O autor faz uma relação existente no Piauí entre a pecuária e a exploração da terra pelos latifundiários e a expulsão dos nativos dela. Esse quadro constatava com O latifúndio, uma das instituições básicas da ordem escravocrata colonial e pressuposto da pecuária extensiva, serviu de base para a dominação social dos fazendeiros sobre escravos, vaqueiros, agregados e eventuais pequenos proprietários ou posseiros. (MEDEIROS, 1996).

Embora a raiz do problema fundiário piauiense remonta a sua colonização, foi somente no final da década de oitenta e noventa, que as autoridades do estado começaram a tentar resolver a reforma agrária de forma eficiente, uma das primeiras medidas como instrumento de uma nova política agrária foi a criação do Instituto de Terras do Piauí. Essa autarquia começou a atuar como gestor do patrimônio público imobiliário do estado e a promover o assentamento de famílias, por via da aquisição de terras mediante a compra direta e uso de terras públicas estaduais.

A nível nacional, o INCRA foi outro órgão que implementou a reforma agrária no estado. Segundo a base de dados do INCRA, (2017) no Piauí no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), foram assentadas 10.623 famílias.

De acordo com os dados do INCRA, (2017) no período anterior ao governo Fernando Henrique Cardoso (1981-1994), foram assentadas 1.050 famílias no Piauí, divididas em 14 assentamentos. E entre 1995-2002 criou-se 287 assentamentos com 10.623 famílias assentadas. Esse elevado número de famílias assentadas foi fruto das mobilizações dos movimentos sociais, sobretudo o MST, por terras no Estado. Ainda na segunda metade da década de noventa, os piauienses tiveram acesso ao programa Banco da Terra para criar assentamentos na zona rural do Estado por meio da relação de compra e venda.

A criação de assentamentos surge como uma importante política de reforma agrária, que visa promover o acesso à terra e à garantia da produção dos agricultores familiares. É um processo complexo e deve incluir uma análise do território e dos recursos naturais, bem como a participação dos movimentos sociais e dos trabalhadores rurais.

Um dos modelos de criação de assentamentos é baseado na compra de terras pelo Estado, que depois seriam redistribuídas aos trabalhadores rurais. Este modelo,

embora eficaz, tem sido criticado por resultar em grandes custos financeiros para o Estado.

Outro modelo é a desapropriação de terras improdutivas que são destinadas aos trabalhadores rurais. Este modelo é mais justo, uma vez que a terra é retirada de proprietários que não cumprem a função social da propriedade, ao mesmo tempo em que permite que as famílias rurais sejam instaladas em locais com recursos naturais adequados.

Como um modelo de reforma agrária no Brasil, o Piauí já assentou mais de 23 mil famílias em áreas rurais, desde a criação do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), na década de 1970. Entre os principais assentamentos do estado estão o Assentamento Gameleira, em Teresina, com 561 famílias assentadas; o Assentamento Chico Mendes, em São Raimundo Nonato, com 196 famílias; e o Assentamento São Pedro, em Pio IX, com 50 famílias.

No total, a reforma agrária no Piauí abrange mais de 1 milhão de hectares de terras devolvidas à agricultura familiar, por meio de programas como o PNRA, o Programa de Crédito Fundiário (PCF) e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF).

Como um dos Estados mais extensos do Nordeste brasileiro, o Piauí é conhecido pela sua grande quantidade de áreas rurais. Em 2023, estima-se que o número de assentamentos rurais no estado irá crescer consideravelmente. Atualmente, o Piauí conta com mais de 800 assentamentos rurais. Esses assentamentos são formados por famílias que vivem da agricultura familiar e são organizados de acordo com os critérios do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

O crescimento do número de assentamentos rurais no Piauí é resultado de políticas públicas que têm sido implementadas nos últimos anos para incentivar o desenvolvimento da agricultura familiar. Essas políticas incluem o apoio financeiro do governo estadual para a compra de terras, a construção de vias de acesso para as comunidades rurais e a oferta de cursos de capacitação para os agricultores familiares.

Além disso, a expansão do agronegócio no estado tem levado muitos agricultores a se unirem para formar cooperativas e associações, fortalecendo ainda mais a agricultura familiar no Piauí. Com o aumento do número de assentamentos



rurais, espera-se que o estado do Piauí alcance melhores indicadores de desenvolvimento rural e que mais famílias possam ter acesso a uma renda digna e à qualidade de vida no campo.

### **1.3 As Ligas Camponesas no Piauí**

O primeiro movimento organizado no campo de dimensão nacional foi as ligas camponesas. Em meados da década de 50, na cidade de Vitória de Santo Antão, na Zona da Mata pernambucana, um grupo de agricultores que cultivavam suas lavouras em terras arrendadas criou uma associação de plantadores em um engenho chamado Galileia.

Sua principal bandeira de luta era a Reforma Agrária radical, “entendida como uma transformação completa da estrutura fundiária e liquidação do latifúndio”. (COLETTI, 1998, p.45). Inicialmente era uma sociedade beneficente que se destinava a fazer sepultamentos e dar assistência médica aos trabalhadores rurais sócios arrendatários de sítios do engenho Galileia.

Segundo Rosa (2004), as ligas evoluíram de um patamar de assistencialismo para o social e revolucionária, e por isso os proprietários os identificaram como uma ameaça a seu poder durante séculos. Os Camponeses pernambucanos foram tenazmente combatidos e seus associados ameaçados de expulsão da terra. Aquilo que era um movimento isolado de um grupo de agricultores logo se tornou, pela própria intransigência dos proprietários das terras, um ícone das reivindicações por reforma agrária na região.

A imprensa local associou a Liga Camponesa ao partido comunista. Essas Ligas iniciadas em Pernambuco logo se espalharam por todo o Nordeste chegando inclusive no estado do Piauí. Aqui, o movimento das ligas camponesas teve uma situação ainda mais grave pelas características e condições do Estado, um do mais atrasados da região Nordeste.

Nesse contexto, os trabalhadores piauienses se reuniram para lutar pela tão sonhada reforma agrária. E com o mesmo nome das ligas de Pernambuco, Ligas Camponesas, e nesse mesmo período de efervescência por parte dos trabalhadores rurais em relação à terra, Francisco das Chagas Rodrigues candidato da oposição

pela coligação PTB – UDN ao governo do Piauí, tinha uma postura de aproximação com os movimentos populares rurais.

As ligas camponesas no Piauí se diferenciaram um pouco das existentes em outros estados, pois teve o apoio do Governador piauiense, quando Chagas Rodrigues declarou apoio às ligas, a população elitista piauiense ficou descontente com essa decisão polêmica do governador como podemos observar nos noticiários do Jornal estado do Piauí:

Um congresso sindical de trabalhadores e camponeses realizado em fins de abril deste ano, no Piauí constitui, no Estado, as ligas Camponesas, que já estão confortavelmente instaladas no próprio palácio do governo. O senhor Chagas Rodrigues, governador do Estado, é o patrocinador das ligas piauienses, que por causa disso, estão em melhores condições de que todas as ramificações da instituição espalhadas pelo Nordeste, embora não contem com a popularidade das ligas de Pernambuco (ESTADO DO PIAUÍ, 1961, N. 353, p 06).

Para muitos piauienses, era uma audácia o governador trazer para sede do governo, um lugar “civilizado”, trabalhadores analfabetos, rudes e sem modos. Segundo Marylu de Oliveira (2006) “A decisão de apoiar as ligas camponesas no Estado esteve vinculada à forma de governo proposta de Chagas Rodrigues. No entanto essa não era uma forma que agradava muito as antigas elites políticas”.

A determinação de Chagas Rodrigues de Apoiar as Ligas Camponesas no Piauí gerou um problema para sua administração e, posteriormente, para sua sucessão, pois o governador tinha sido acusado de ser comunista.

O governador do estado do Piauí, Sr. Francisco das chagas Rodrigues está entrosado nesse plano – consciente ou inconsciente – certo é que anda metido nessa agitação socialista, toda em atividade para de qualquer maneira transplantar o comunismo cubano para o Brasil. Pelo menos com regime republicano contra as tradições liberais e políticas do povo brasileiro. (FOLHA DO NORDESTE, 1962. P.04).

Uma das regiões do Piauí que mais se destacou na organização das ligas camponesas foi a cidade de Campo Maior região norte do Piauí área de clima seco e de pouca terra, os trabalhadores rurais viviam em uma situação de opressão, trabalhando e pagando elevadas contribuições para os latifundiários. Segundo o trabalhador Cecílio Martins (2022), no contexto das ligas camponesas, os

trabalhadores rurais piauienses, altoenses e campo-maiorenses: “estava vivendo na miséria, em casa de pau-a-pique de má qualidade de propriedade dos latifundiários, e como verdadeiros escravos”.

Foi com o intuito de melhorar as condições dos trabalhadores rurais que estavam vivendo nessas situações adversas como constatamos nas palavras do senhor Cecílio, que na localidade Matinhos cerca de 20 km de Campo Maior o vaqueiro e agricultor Luís José Ribamar Osório Lopes,( Luís Edwiges), liderou esses trabalhadores explorados para reivindicar por melhorias de condição, dessa organização no ano de 1962 surgiu a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Campo Maior (ALTACAM) sendo o agricultor Luís José Ribamar Osório Lopes (Luís Edwiges ) seu primeiro presidente.

Nesse período, a constituição vigente no País não permitia a legalização de sindicatos, os trabalhadores rurais de Campo Maior, inspirados nas ligas em Pernambuco, passaram a providenciar a legalização jurídica da associação. O irmão de Luís Edwiges, na época acadêmico de direito em Fortaleza, fez com que Luís Edwiges entrasse em contato com o líder das ligas camponesas em Teresina, José Experiência Fernandes, pois ele tinha em mãos uma cópia do estatuto da Associação dos Plantadores de Cana- de-Açúcar do Estado de Pernambuco.

José Experiência Fernandes cedeu uma cópia do estatuto para os Trabalhadores de Campo Maior, ela serviu de base para a criação das Ligas Camponesas de Matinhos. Com o estatuto em mãos, a diretoria provisória se reuniu para discutir algumas mudanças na associação, pois a realidade de Campo Maior era totalmente diferente das de Pernambuco, e tiveram que se adaptar à realidade local.

Após as modificações feitas no estatuto foi marcada a data para a oficialização da liga e a escolha da diretoria para um mandato de um ano, para o evento foram convidados todos os trabalhadores da região. Mesmo não dispondo de recursos suficientes, os trabalhadores de Campo Maior organizaram uma recepção para a posse dos dirigentes.

Enquanto os trabalhadores rurais se organizavam para lutar por seus direitos e melhorias em suas condições de trabalho, os latifundiários se alarmavam e tramavam contra eles. Utilizando propagandas falsas e ameaças de violência, os latifundiários

tentavam desencorajar os trabalhadores de se organizarem e de se unirem para lutar por uma vida melhor.

Essa atitude dos latifundiários mostra como eles consideravam os trabalhadores rurais, meros objetos de suas propriedades, e não seres humanos com direitos e dignidade. Eles não queriam que os trabalhadores se organizassem porque isso significaria uma ameaça à sua hegemonia e ao seu poder sobre essas pessoas. Como essas atitudes dos grandes coronéis, muitos trabalhadores não compareceram à solenidade de criação das Ligas Camponesas de Matinhos.

Sobre a perseguição dos trabalhadores associados nas ligas camponesas Cecílio (2022) diz:

o movimento das ligas camponesas é que pelo que eu intidia é que os políticos grandes latifundiários queriam enganar o povo inclusive o trabalhador rural e não querer que as pessoa é se unisse pra fundar uma entidade uma instituição social para ir em busca de seus direitos eu entendo que as ligas camponesas nessa época eles davam direitos só aqueles povo que criava gado, os latifundiários os proprietários é só o trabalhador rural deveria não tinha direito a nada, e ainda tinha 3 dias cativos por semana teve alguns homens de coragens que ainda quiseram lutar por essa liga camponesa e direito da terra mas só que nesse período da ditadura militar ninguém poderia falar nisso porque o cidadão ia até preso”( Cecílio Martins trabalhador rural e um dos primeiros atuantes no movimento sindical altoense).

Observa-se que a elite fundiária piauiense estava temerosa com a união dos trabalhadores rurais e tratava de extinguir de imediato qualquer forma de reivindicação da classe trabalhadora, para não ameaçarem seu poder de grandes latifundiários.

Com a criação da Liga Camponesas em Matinhos, os trabalhadores rurais que eram expulsos das terras dos latifundiários sem nenhuma assistência começaram a procurar as ligas para obter informações sobre seus direitos e amparo. Sentindo a necessidade de se fortalecerem cada vez mais para enfrentarem as forças dos coronéis, uma das primeiras providências da liga foi a elaboração de um plano de trabalho onde tinha como prioridade a formação de um conjunto jurídico para assessorar os camponeses. O fim das Ligas ocorreu com a implantação da ditadura Militar no Brasil.

Portanto, as ligas Camponesas no Piauí foram organizadas por trabalhadores que, ao se conscientizarem de suas opressões e sofrimento, se reuniram para estabelecer um órgão que iria apoiar e ajudar a resolver a desigualdade e miséria

desses camponeses trabalhadores. Tendo como líderes primordial Luiz Edwiges em Campo Maior e o total apoio do governador Chagas Rodrigues.

Esses sertanejos, às margens da sociedade elitista rural piauiense, foram perseguidos e intimidados pelos grandes latifundiários, por estarem se organizando e lutando por melhorias de vida e isso incluía ter um pedaço de terra para sua moradia e o plantio. Apesar das dificuldades enfrentadas, as Ligas Camponesas tiveram um papel fundamental na luta pela reforma agrária no Piauí. Suas ações despertaram a consciência política dos camponeses e fortaleceram o movimento popular no estado.

Atualmente, o Piauí ainda é um estado com grande concentração de terra e dificuldades em promover políticas públicas voltadas para o desenvolvimento agrário. A luta pela reforma agrária ainda é uma pauta importante no estado, e a história das Ligas Camponesas serve de inspiração para a continuidade dessa luta.

#### **1.4 A Participação do sindicato rural na reforma agrária de Altos- Piauí**

O Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altos-PI (STTR) é uma entidade sindical de primeiro grau e uma associação sem “fins lucrativos”, de duração e prazo indeterminado filiada à Federação de Trabalhadores na Agricultura do Estado do Piauí (FETAG-PI), que é uma entidade filiada à Confederação Nacional de Agricultura – CONTAG e faz parte do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR). Sua sede localiza-se na Rua Dom Pedro II, nº 548, Centro, no município de Altos-PI.

O surgimento dos sindicatos rurais significou, a entrada decisiva do campesinato no cenário político nacional, exigindo uma radical transformação da estrutura agrária, através da substituição dos latifúndios pela propriedade camponesa e pela propriedade estatal. Exigiam o acesso à terra para aqueles que desejavam trabalhar, além da extensão da legislação trabalhista para o campo, com o objetivo de garantir alguns direitos mínimos aos trabalhadores rurais (ANTUNES, 1988, p.73).

Os primeiros Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Estado do Piauí surgiram no final de 1961, e tiveram como objetivo inicial, de suas ações sindicais, a luta pela reforma agrária e por direitos previdenciários. De acordo com Medeiros (1996) devido à reação violenta dos grandes proprietários de terra, que começaram a despejar seus

agregados, simplesmente por se sindicalizarem, estes iniciaram também a luta pelo direito de se associarem e para permanecerem na terra.

Em 1970, foi criada a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAG-PI), através dos sindicatos de Teresina, Campo Maior, Amarante, Angical e Monsenhor Gil, tendo seus registros reconhecidos somente em 1971.

Depois de muitas lutas e discussões sobre sua situação precária, os trabalhadores rurais se uniram no dia 06 de Junho de 1971 e criaram o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altos-PI (STTR) e teve como primeiros dirigentes: presidente, o agricultor Francisco Ribeiro da Silveira, conhecido como Chico Vivi, natural da cidade de Altos, secretário Antônio Gonçalves da Costa Neto agricultor natural de Altos-PI, tesoureiro Sebastião Azevedo de Carvalho, lavrador natural de Crateús no Ceará, primeiro suplente, Luís Pereira da Silva, agricultor natural de Altos-PI, segundo suplente, Cícero Gonçalves da Costa, agricultor, natural da cidade de Altos-PI.

Segundo relato de Adonias Higino de Sousa<sup>8</sup>, um dos primeiros dirigentes sindicais de Altos, trabalhador rural, associado desde a década de 1970, o sindicato surgiu do interesse de trabalhadores e trabalhadoras rurais em ter uma entidade que pudesse representá-los. Então, através de Edital de Convocação apresentado no dia 21 de maio daquele ano, os trabalhadores rurais da cidade foram convidados a se reunirem no mês de junho, no Centro Operário Altoense, sede provisória do Sindicato, para decidirem sobre a fundação dele.

A Assembleia de Fundação contou com 56 participantes, que discutiram, além da fundação, a aprovação do Estatuto Social, a eleição e posse da Diretoria Provisória, e a fixação da contribuição mensal dos associados que, na época, ficou em Cr\$ 1,00 (um cruzeiro). No dia 05 de junho do ano citado acima, de acordo com documentos do sindicato, foi requerida investidura sindical (reconhecimento do sindicato pelo Estado) através de ofício encaminhado ao Ministério do Trabalho. A criação do sindicato, nessa época, se deu por lutas em torno da Reforma Agrária, principal

---

<sup>8</sup> Adonias Higino de Sousa é trabalhador rural associado ao STTR/Altos, desde a década de 1970. Foi presidente do Sindicato (Gestão 1984-1987; 1987-1990), tendo assumido já vários cargos na entidade. Presidiu a FETAG/PI (Gestão 1996-1999; 1999-2002; 2002 a 2006), e hoje é Coordenador do Polo Sindical da FETAG/PI, Regional de Teresina e Suplente da Secretaria da Terceira Idade do STTR/Altos, implantada na Gestão que iniciou em agosto de 2010).

bandeira de luta do movimento sindical rural até os dias atuais, e da luta por benefícios da Previdência Social, que até 1971 ainda não tinha sido estendida ao campo. Nas palavras de um dos primeiros dirigentes, Adonias Higino de Sousa, temos:

[...] até 71, não existia aposentadoria para o trabalhador rural, éramos considerados indigentes. Só tinha INSS quem era empregado, o pessoal da cidade que pagavam ou eram empregados. E aí tinham direitos a esses benefícios chamados do INSS [...]. Através de debates da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura-CONTAG, juntamente com as FETAGs e entidades parceiras da luta no campo é que os direitos previdenciários foram estendidos ao trabalhador rural, ainda com muitas restrições, ( SOUSA, 2022).

A partir da criação do sindicato rural altoense acelera-se o processo de luta pela Reforma Agrária e o sindicato começa a acompanhar a luta do Quilombo, Almecegas e São Benedito<sup>9</sup>.

Em muita precisão, através de verba dos próprios associados, é comprado o terreno para a construção da sede definitiva, sendo que, somente no início da década de 1980, a sede começou a ser construída, também com verbas dos associados.

O Estatuto das entidades sindicais, inclusive o de Altos, era padronizado e orientado pelo Ministério do Trabalho. O sindicato se organizava em diretoria, sendo composta apenas pelos cargos de presidente, secretário e tesoureiro, levando a uma concentração das tarefas e dificultando um acompanhamento efetivo da categoria.

Depois da criação do sindicato foi preciso os dirigentes estarem sempre se reunindo com os trabalhadores rurais para fortalecer ainda mais a entidade como vemos na citação abaixo.

No sentido de fortalecer esse novo ritmo organizacional da entidade outros instrumentos foram utilizados, como a realização de reuniões semanais da diretoria, realização de assembleias mensais, planejamento de ações anuais, procurando delimitar o campo de trabalho de cada secretaria do sindicato e estabelecendo prioridades de ações a serem implementadas. [...] Então, assim, junta todas as secretarias no conjunto com os trabalhadores, para que a gente possa tá reivindicando aí nossos poderes as nossas faltas [...] é levantado aí no Grito da Terra né, através da FETAG e da CONTAG e aí são todos esses conjuntos para que a gente possa ter uma luta juntos. (AFS, Presidente do Sindicato, gestão 2006-2010).

---

<sup>9</sup> Vale ressaltar que o assentamento São Benedito foi o primeiro criado através do INCRA, seguido pelo Quilombo no município de Altos.

Uma vez instituído legalmente o sindicato, a classe trabalhadora rural teve mais força e coragem para lutar contra a exploração e domínio, muitos trabalhadores foram logo encontrando meios para se associarem, pois viam no sindicato um órgão capaz de interceder junto a seus patrões.

Encontramos isso na fala de alguns diretores da entidade:

A nossa principal bandeira de luta é a luta pela Reforma Agrária. Então assim, o sindicato que não tiver isso como bandeira de luta na verdade ele pode até fechar as portas. Porque nós estamos aqui numa luta própria com um conjunto com os trabalhadores onde tem vários trabalhadores ainda que não tem terra e é a partir daí que vem as discriminações em relação aos companheiros [...] então a nossa bandeira de luta é a luta pela reforma agrária. (AFS, Presidente do Sindicato, gestão 2006-2010).

Olha a nossa bandeira de luta principal é Reforma Agrária que, nós no movimento sindical entendemos que o trabalhador (a) que não tem um pedaço de terra [...] não existe dignidade, não existe democracia, então nossa bandeira principal é a Reforma Agrária para que, o trabalhador possa ter um pedaço de terra não só pra ter o seu teto, mas para ter como cultivar agricultura, como trabalhar e criar. [...]. (RCR, 1º suplente da diretoria, gestão 2006-2010).

Com a criação do sindicato, seus primeiros dirigentes começaram a ver a necessidade de seus afiliados, e de início continuaram com as mesmas ideias e visão de antes em ajudar os trabalhadores a lutar pelos seus direitos concernentes à reforma agrária.

Os grandes latifundiários temiam esse sindicato por acharem que eles iriam perder suas propriedades com a implantação da reforma agrária. Segundo Cecílio Martins, sua família residia em uma propriedade de um dos grandes latifundiários da cidade quando soube da organização do sindicato e de sua atuação, temeu muito, ele relata:

O proprietário da fazenda na qual eu nasci e me criei agente notava que eles eram latifundiários e tinham medo de perder a terra e de ser tomada a terra eu dizia olha ninguém toma a terra de ninguém porque nós tamo lutando por nossos direitos vocês tem seus direitos e nós temos os nossos direitos. (Trabalhador altoense MARTINS, 2022).

Na visão do camponês altoense, Cecílio Martins, com a atuação do sindicato os proprietários sentiam-se ameaçados pela existência de uma organização de trabalhadores rurais. Por esse motivo, muitos camponeses eram proibidos de se



associarem ao sindicato. E alguns proprietários começaram a intervir dentro dos sindicatos colocando moradores de sua confiança para disputar as eleições sindicais com o intuito de fiscalizar e estarem atentos aos movimentos dos trabalhadores rurais.

Durante nossa pesquisa, fizemos algumas perguntas aos camponeses associados ao sindicato rural altoense e perguntamos o motivo de se filiar ao sindicato rural e segundo Cecílio um dos motivos de ter se associado ao movimento sindical foi:

É o que me motivou entra no movimento sindical é que meu pai já era um homem de idade e eu vendo que ele não tinha, não era sócio de nenhuma entidade porque nessa época só quem tinha direito é em beneficio era latifundiário proprietários, comerciantes, comerciários que pagassem o inps e a gente é tomou essa iniciativa para ir em busca do nosso direito e esse direito não só era para nós da família mas para todas as famílias que vinhesse entender e tivesse seus direitos como: com a idade de 65 anos beneficiar pela previdência social e as viúvas também se beneficiasse, nessa época era meio salário que as pessoas recebiam para poder melhorar a sua vida. (Trabalhador altoense MARTINS 2022).

Alguns trabalhadores se filiaram com objetivo de melhoria de vida, e com o sindicato lutando junto ao INCRA pela reforma agrária, muitos trabalhadores conseguiram esse objetivo, pois tiveram um pedaço de terra para poder morar e plantar.

Com a criação do sindicato, um dos primeiros passos dos dirigentes foi a elaboração de um estatuto que viesse a discutir os interesses da categoria dos trabalhadores rurais altoense e a forma de organização do sindicato. E o Estatuto do Sindicato trata sobre os objetivos da entidade e são eles:

- I - Defender os interesses coletivos e individuais da categoria trabalhadora rural, inclusive em questões judiciais ou administrativas;
- II – Desenvolver, organizar e apoiar as ações que visem a conquista de melhores condições de vida e de trabalho para a categoria trabalhadora rural e para o conjunto da classe trabalhadora;
- III – Defender e lutar pela manutenção e ampliação das liberdades e garantias democráticas como instrumento de defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores, trabalhadoras e suas organizações;
- IV – Participar das instâncias deliberativas do MSTTR, encaminhando suas decisões;
- V – Defender e promover a unidade e solidariedade entre os trabalhadores em nível, estadual, nacional e internacional;
- VI – Participar da elaboração e implementação de um projeto de desenvolvimento rural sustentável e solidário, visando:

- a) Valorização e fortalecimento da agricultura familiar, com o estabelecimento de uma política agrícola diferenciada;
  - b) A realização de uma ampla e massiva Reforma Agrária, com a participação dos trabalhadores e trabalhadoras e de suas entidades representativas, que assegure a democratização do acesso à terra;
  - c) A organização da produção, comercialização, financiamento e assessoramento técnico que promova o desenvolvimento social e econômico dos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
  - d) A melhoria das condições de salário, de trabalho, de segurança e de vida para os assalariados e assalariadas rurais;
  - e) O acesso dos trabalhadores e trabalhadoras rurais às políticas públicas de educação do campo, de saúde, de lazer de habitação e outras, gratuitas e de qualidade, que atendam às especificidades do setor rural;
  - f) O acesso de todas os trabalhadores e trabalhadoras rurais aos benefícios da Previdência Social e da Assistência Social, que devem ser públicas, universais e solidárias;
  - g) um meio ambiente saudável e equilibrado, promovendo o seu manejo racional e sustentável, contribuindo para a qualidade de vida das gerações futuras;
  - h) A preservação do patrimônio artístico e cultural dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e de seu município;
  - i) Acesso das mulheres, juventude e 3º idade a políticas públicas específicas, que atendam às suas necessidades e promovam o seu desenvolvimento socioeconômico;
- VII – Lutar contra qualquer forma de discriminação por motivo de sexo, idade, cor, raça, etnia, estado civil ou crença religiosa;
- VIII – Lutar por uma organização sindical democrática, autônoma, participativa, autossustentada e classista, livre de qualquer tipo de interferência ou intervenção externa ao MSTTR, que promova:
- a) A participação dos associados e associadas nas ações das entidades;
  - b) A transparência, eficiência e eficácia na gestão política, administrativa e financeira da entidade;
  - c) A valorização e participação igualitária da mulher trabalhadora rural em todas as instâncias sindicais, espaços de trabalho e representação social;
  - d) A valorização e participação dos trabalhadores e trabalhadoras da terceira idade e da juventude nas ações sindicais, encaminhando suas reivindicações específicas;
  - e) A formação política e sindical e profissional dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, propiciando o surgimento e afirmação de novas lideranças. (ESTATUTO DO SINDICADO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DE ALTOS/PI, os grifos são nossos).

Portanto, com a elaboração do estatuto, o sindicato luta para colocar em ação seus objetivos. Durante esse percurso tiveram bastantes divergências de opiniões dentro da entidade. Esse sindicato, depois de sua criação, foi visto por muitos associados como uma entidade ligado ao estado para a realização de alguns benefícios como consultas médicas e odontológicas, além de ajudar na aquisição de

um pedaço de Terra para morar através de ocupações e assentamentos, e também ser responsável pela ajuda jurídica para facilitar sua aposentadoria.

Um dos marcos históricos para os trabalhadores rurais altoense, foi nas eleições locais de 2004, o líder sindical José Ernandes, e o tesoureiro do STTRA, Rumão Rocha foram eleitos vereadores pelo Partido dos Trabalhadores (PT), dois sindicalistas e trabalhadores rurais, o primeiro morador do assentamento quilombo e o segundo da comunidade Bom Passar. Assim, o grupo dos camponeses altoenses, tiveram uma voz no poder legislativo do município. A presença de dois trabalhadores rurais no cenário político urbano, foi uma importante conquista dos trabalhadores e trabalhadoras de Altos.

### **1.5 Formação dos assentamentos em Altos- Piauí.**

A origem da palavra assentamento se remete a fixar-se em algum lugar com intuito de permanecer. Segundo Bergamasco (1994) esse termo surgiu pela primeira vez na reforma agrária venezuelana, na década de 1960.

De acordo com Norder (1996):

(...) os assentamentos rurais podem ser definidos como a criação de novas unidades agrícolas, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade condições adequadas para o uso da terra e o incentivo a organização social e a vida comunitária (NORDER:1996, P. 07)

Conforme essa definição, os assentamentos são uma resposta à luta pela socialização da terra em que os movimentos sociais pressionam o Estado e este aparece como mediador do conflito. A finalidade é a fixação do homem no campo e a melhoria da situação de vida do campesinato. Nesse sentido, “a reforma agrária é uma questão política e de justiça social, além de ser uma ferramenta de controle do êxodo rural” (GONÇALO, 2001 p. 57).

Na segunda metade da década de 1980, e sobretudo na década de 1990, no contexto de redemocratização no Piauí, a luta pela terra é consolidada e impulsionada por movimentos sociais do campo, que conquistaram a cena pública denunciando a

injusta fisionomia da concentração de terra, que colocava as populações pobres do campo em condições de subalternidade, bem como dirigiam para os governos, tanto da esfera estadual e federal, a cobrança de uma política de reforma agrária.

Nessa conjuntura de lutas e disputas pela terra, incluindo de um lado as populações pobres do campo e do outro, grandes proprietários de terras, diferentes órgãos e programas passaram a responder à pressão social por reforma agrária, com a política de implantação de assentamentos rurais.

O processo de formação dos assentamentos em Altos-PI delinea um panorama bastante heterogêneo e multifacetado, fruto de uma série de fatores históricos, políticos, sociais e ambientais que se entrelaçaram ao longo dos anos. Para compreender essa realidade, é necessário investigar tanto a origem dos assentamentos quanto o contexto atual em que se inserem.

A partir da década de 1990, o governo federal intensificou uma política de reforma agrária com o objetivo de redistribuir a terra e combater a pobreza no campo. Nesse período, foram criados diversos assentamentos em todo o país, inclusive em Altos. Esses assentamentos foram criados em áreas desocupadas ou abandonadas, e as famílias que ali se fixaram foram contempladas com lotes de terra e orientação técnica para o desenvolvimento da agricultura.

Desde então, a região de Altos-PI, passou por diversas transformações e enfrentou inúmeras dificuldades. Entre os principais desafios enfrentados pelos assentamentos estão a falta de infraestrutura básica, como água potável e energia elétrica de má qualidade, a precariedade das estradas e a falta de políticas públicas de desenvolvimento rural. Além disso, a região também sofre com a seca e outros fenômenos climáticos adversos, que dificultam a produção agrícola.

Apesar desses desafios, os assentamentos de Altos-PI se consolidaram como importantes polos de produção agrícola, especialmente no cultivo de feijão, milho e mandioca. Muitas famílias conseguiram melhorar sua qualidade de vida e aumentar sua renda com a produção agrícola e a comercialização dos produtos. Além disso, os assentamentos também se tornaram espaços de organização política e luta por direitos, com a criação de cooperativas e associações comunitárias.

Diante desse cenário, é fundamental que o poder público e a sociedade em geral reconheçam a importância dos assentamentos para a economia e a agricultura

da região e invistam em políticas públicas que visem o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Isso inclui, por exemplo, a elaboração de projetos de irrigação, a construção de estradas e a disponibilização de crédito e assistência técnica para os agricultores. Somente assim será possível superar os desafios enfrentados pelos assentamentos e garantir uma vida digna para as famílias que ali se fixaram.

E conforme o art. 184 da CF é competência da União, desapropriar propriedade rural para fins de reforma agrária.

Art. 184: Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1.º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2.º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3.º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação

§ 4.º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5.º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988)

Segundo a CF (1988), as terras que os sindicalistas chamam de improdutivas, são conhecidas como imóveis que não estão cumprindo sua função social, se caracterizando como áreas propícias para distribuição aos trabalhadores e trabalhadoras, através de autarquias competentes, estadual ou federal realizando assim a reforma agrária.

Portanto, os assentamentos da cidade de Altos foram criados por órgãos da esfera estadual, como o Instituto de Terras do Piauí, e no âmbito federal, o Instituto Nacional de Colonização da Reforma Agrária, além da modalidade do Programa Nacional do Crédito Fundiário.

### 1.5.1 Assentamentos ligados ao INTERPI

No ano de 1971 o governo piauiense criou a companhia de Desenvolvimento do Piauí – COMDEPI – com a finalidade de mapear e gerir as terras devolutas do estado, e legitimar o uso e reintegração de posse das terras públicas. Uma década depois foi criado o Instituto de Terras do Piauí.

E de acordo com sua criação o INTERPI tem como objetivo:

Art. 3º - Compete ao INTERPI:

- I – Colaborar na formulação e implementação da política agrária do Estado, respeitada a legislação federal;
- II – Executar os projetos de colonização ou assentamento de colonos, promovendo a distribuição de terras com pequenos produtores, não proprietários de terras, dentro das diretrizes e objetivos dos programas de desenvolvimento rural integrado;
- III – Representar o Estado, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, nos atos e ações sobre assentos fundiários, inclusive demarcatórias e divisórias, usucapião e águas, sem prejuízo da competência da Procuradoria Geral do Estado para avocar processos e da autorização prévia do Governador para a celebração de contratos e convênios;
- IV – Administrar as terras das Fazendas Estaduais e as terras devolutas do Estado, preservando-as contra danificações e invasões e recuperando aquelas que, indevidamente, não se encontrarem em sua posse ou domínio;
- V – Promover a captação de recursos destinados a programas fundiários e de colonização;
- VI – Definir as áreas dominiais que, dentro do território do Estado, constituam seu patrimônio fundiário;
- VII – Adotar as providências necessárias à titulação das posses legítimas ou regularizáveis, respeitada a legislação aplicável à espécie;
- VIII – Organizar o Contrato Rural do Estado;
- IX – Executar desmembramentos ou parcelamentos das terras devolutas arrecadadas e incorporadas a seu patrimônio, efetivando a sua distribuição, observadas as norma da legislação federal;
- X – Celebrar convênios e contratos com a União, Estado, Municípios e entidades públicas e privadas, nacionais ou estrangeiras, para financiamentos, execução, assistência técnica ou administrativa de planos, programas e projetos de reforma agrária e colonização, águas ou relacionada com o desenvolvimento rural, mediante prévia autorização do Governador do Estado;
- XI – Indicar ao órgão federal competente as áreas que apresentem características que recomendem a desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária;
- XII – Promover, amigável ou judicialmente, desapropriação por necessidade ou utilidade pública, tendo em vista a execução da política fundiária do Estado, solicitando prévia delegação de poderes

da autoridade federal competente, quando se tratar de desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária;

XIII – Legitimar a posse do ocupante de terras públicas estaduais que as tenha tornado produtivas com o seu trabalho e de sua família, concedendo-lhe o título definitivo a que faz jus, na dimensão de até 100,00 ha, preenchidos os seguintes requisitos:

- a) Não ser proprietário de imóvel rural;
- b) Comprove morada habitual e cultura efetiva pelo prazo de 1 (hum) ano.

Mediante o estatuto do Instituto de Terras do Piauí, a autarquia tem a missão de promover a justiça social no campo, combatendo a concentração da propriedade rural e garantindo o acesso à terra para os trabalhadores rurais sem terra, bem como o reconhecimento e a garantia dos direitos das comunidades tradicionais.

Para atingir esses objetivos, o INTERPI executa uma série de programas e projetos, como o Programa de Cadastro Rural Georreferenciado, o Programa de Regularização Fundiária Urbana e Rural, o Programa Nacional de Crédito Fundiário e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Compra as terras improdutivas e repassa para os trabalhadores sem terras.

Os trabalhadores sem terra ocupam terras improdutivas, de acordo com seus dirigentes, se instalam nessa região e fazem barracas para demarcar sua área, conforme um dos líderes sindicais altoense, Antônio Chaves, o processo de assentamentos ligados ao INTERPI se dá da seguinte maneira:

Quando a terra não está cumprindo a função social a gente ocupa ela para forçar o governo do estado a vistoriar essa terra ver quanto hectares é fazer a avaliação e pagar essa terra ao proprietário se tiver documento, depois que o proprietário recebe o documento pago pelo governo, o governo faz o projeto de assentamento rural (Chaves, 2022) .

De acordo com a fala de Chaves (2022), existe uma diferença entre ocupação e assentamento, sendo que a ocupação é o primeiro passo para o assentamento. Os assentamentos da cidade de Altos adquiridos pelo INTERPI, foram doados pelo governo do Piauí para as famílias sem terras. Depois da legalização jurídica da Terra nos assentamentos, o INTERPI concede o título de terra aos moradores, depois da legalização dos assentamentos, as famílias procuram o governo para financiar projetos para a utilização da terra além da moradia. E esses projetos beneficiam os

assentados com empréstimos a juros muito baixos para que eles comprem sementes para o plantio e criação de animais, além de construir casa de alvenaria.

Dessa forma, pode-se concluir que o INTERPI desempenha um papel fundamental na busca pela justiça social no campo e pela promoção do desenvolvimento do estado do Piauí, através da regularização fundiária e da promoção da agricultura familiar e da sustentabilidade ambiental.

### **1.5.2 Assentamentos ligados ao INCRA**

O instituto nacional da reforma agrária- INCRA, foi fundado em 1970, através do Decreto-lei nº 1.110, sendo uma autarquia que surgiu para suceder e ocupar as atribuições das instituições então existentes: o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária- IBRA, que tinham, as funções de promover a reforma agrária, e o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), cuja finalidade era desenvolver o setor rural. O Propósito do governo militar com a junção desses órgãos era avançar no projeto de colonização da região amazônica.

Hoje o INCRA está ligado ao Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). É um órgão público federal, com poderes descentralizado em todos os estados da federação. Com trinta Superintendências Regionais espalhadas pelo território nacional, com autonomies em relação a indicar nomes dos superintendentes locais. E conforme Penna, (2015,) está focado intensamente na desapropriação de áreas e na criação e gestão de projetos de assentamento rural

Conforme, o presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Altos, Romão Rocha, as famílias assentadas pelo INCRA se organizam através de uma entidade, geralmente por meio do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e o movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST) através de seus assessores jurídicos verificam se essas grandes glebas de terras estão registradas, depois dessa verificação, as famílias são incentivadas a ocupar a terra. E em seguida o governo através do INCRA compra essas terras e faz a doação para esses ocupantes. Em Altos, existem cerca de 15 assentamento realizados pelo INCRA.



### 1.5.3 Assentamentos ligados ao PNCF

No final da década de 1990, o programa Banco da Terra passou a atuar no interior do Piauí, estabelecendo assentamentos rurais por meio de relações de compra e venda, ação conhecida como Reforma Agrária de Mercado. Durante o governo Lula (2003-2010), essa forma de implantação de assentamentos rurais não foi abandonada, ao contrário, foi até fortalecida com o estabelecimento de um projeto de crédito fundiário<sup>10</sup>, criado no primeiro governo de Lula, é um Programa ligado ao governo federal, cuja função é ajudar o trabalhador a adquirir um imóvel rural.

O Governo Compra a Terra e vende para os trabalhadores. E dessa Maneira, o Programa Nacional do Crédito Fundiário, segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2015), tem como objetivo:

contribuir para a redução da pobreza rural e para a melhoria da qualidade de vida das famílias beneficiadas, pois, com a aquisição das terras, os agricultores poderiam produzir tanto para o autoconsumo quanto para o mercado, aumentando efetivamente a renda familiar. (IPEA 2015, P.08)

As famílias auxiliadas pelo crédito fundiário têm a oportunidade de sair da zona da pobreza, pois podem gerar seus próprios alimentos servindo para o seu consumo e comercialização.

O direito à moradia é previsto como direito social, no Capítulo II da Constituição Federal, e mantido na redação dada pela Emenda Constitucional nº 64/2010<sup>2</sup>, que modificou o dispositivo garantindo como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, na forma como preconiza a CF/88. (BRASIL, 1988) .

Silva (2021), relata que:

---

<sup>10</sup> O Programa Crédito fundiário, uma ação complementar de reforma agrária, tem por especificidade a compra e venda de terras para entidades de trabalhadores rurais, é implementado numa parceria que envolve o governo federal, o Banco Mundial e os governos estaduais, e as entidades representativas dos trabalhadores rurais.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) organizasse ao redor de três objetivos principais: lutar pela terra; lutar por reforma agrária; lutar por uma sociedade mais justa e fraterna. Para isso, defende uma reforma agrária que ofereça infraestrutura, saneamento, energia elétrica, subsídios, preços mínimos, escoamento da produção, acesso à cultura e lazer, entre outras questões, lutando para o assentamento de famílias de forma que estas possam participar tanto da estrutura organizativa do próprio MST quanto de núcleos que discutam a produção, a escola e as necessidades de cada área. Silva (FORTES; CORRÊA, 2021).

De acordo com Silva (2021), um dos objetivos do MST é a luta para que os trabalhadores sem terra sejam assentados, através de uma reforma agrária eficiente. Em suma, o crédito fundiário é um instrumento de política pública que tem como objetivo facilitar o acesso à terra por parte de agricultores familiares. Por meio desse mecanismo, é possível financiar a aquisição de imóveis rurais ou a regularização de propriedades já existentes, bem como investir em infraestrutura e melhorias nas áreas adquiridas.

Foi através do conhecimento desse programa, que um grupo de 20 trabalhadores sem terra do município de Altos localizado cerca de 37 km de Teresina, capital piauiense, se organizaram para adquirirem, através do crédito fundiário, a compra de terras na localidade Malhada da Pedra, depois da aquisição dessas terras, os moradores se organizaram em associação, criaram a associação Renascer no Campo. O assentamento passou a ser denominado pelo nome da Associação: Renascer no Campo.

O Assentamento Renascer no Campo está localizado em uma região da zona rural altoense e cercado por outros assentamentos, foi criado durante o primeiro governo Lula que nesse período, criou o Ministério das Cidades (MCidades) para enfrentar os problemas relacionados com os assentamentos precários e efetivar o direito à moradia digna para a população de baixa renda.

No Assentamento Renascer no Campo, além desses moradores adquirirem um pedaço de terra através do programa crédito fundiário são beneficiados com programas do governo Federal e Estadual para plantio, colheita e comercialização de seus produtos e facilidade de créditos bancários.

O Assentamento Renascer no Campo vem trabalhando com suas famílias na produção de alimentos de subsistência e posteriormente na comercialização deles. Elas utilizam o espaço do assentamento para construir casas de moradia, roças e

também para criação de animais e muitos deles são criados soltos, e sobre essas opções rurais Hoefle,(1990, p.47-72), *apud* Maciel (2006, p.11), escreve que:

O meio ambiente sertanejo é visto pelos seus habitantes através de um prisma majoritariamente unitário, seja para fins produtivos ou sociais. Contudo, diante das transformações econômicas e sociais por que passa o sertão, as visões de natureza podem se modificar, daí a importância das ações educativas como catalizadoras de novos comportamentos e atitudes. (MACIEL, 2006, P.11).

Desta forma, os moradores do Assentamento Renascer no Campo, trabalham criteriosa no ambiente rural tentando a sustentabilidade. Nas palavras de Gohn (2003) temo: assim como a luta social pela terra “acontece no campo, mas ela “se faz” é na cidade” (no sentido de que as grandes decisões, que criam a agenda dos movimentos, são tomadas na cidade). De acordo com Maria da Glória Gohn citando a fala de Gilmar Mauro, líder do MST. O Assentamento Renascer no Campo seguiu essa tradição vindo da cidade para o campo.

Em síntese, os trabalhadores e trabalhadoras assentados na cidade de Altos, seja pelo INCRA, INTERPI ou através do PNCF, tiveram um grande benefício ao adquirir suas terras, para morar, e trabalhar. Sendo que, somente através do Crédito fundiário tiveram que comprar a Terra junto ao governo. Atualmente na cidade de Altos, além do Renascer no Campo, existem dez (10), assentamentos adquiridos através do Credito fundiário são eles: Pé da ladeira, Cais, Nova Vida, Lembrada Vale do Aroeira, Lembrada, Ladeira do Uruguai, Carcará, Malhada das Pedras, Olho D` água e Gávea.

Para ter acesso ao crédito fundiário, o agricultor familiar deve se encaixar em alguns critérios estabelecidos pelo programa, como ter renda bruta anual de até R\$ 216 mil, não possuir nenhum imóvel rural ou urbano, não ter sido beneficiado por programas de reforma agrária, entre outros. Além disso, é necessário apresentar um projeto técnico que comprove a viabilidade econômica da atividade a ser desenvolvida na área adquirida.

Uma das vantagens do crédito fundiário é que ele oferece condições mais favoráveis de financiamento do que as disponíveis no mercado. Os juros são de apenas 0,5% ao ano, com prazo de pagamento de até 25 anos e carência de três anos

para começar a pagar. Além disso, é possível obter recursos para investimento em infraestrutura e assistência técnica, o que contribui para a viabilização dos projetos.

Em resumo, o crédito fundiário é um instrumento importante para ampliar o acesso à terra por parte dos agricultores familiares. Apesar dos desafios, ele pode contribuir para a redução das desigualdades sociais e econômicas no campo, incentivando a produção agrícola e garantindo melhores condições de vida para esses trabalhadores rurais. No Piauí, o número de famílias assentadas são de 31.169 com 499 assentamentos e 1.391.243.64 áreas de assentamentos.

## **CAPÍTULO 2 – O MUNICÍPIO DE ALTOS E O ASSENTAMENTO RENASCER NO CAMPO**

Em primeiro lugar, será evidenciada a história da criação do município de Altos em seguida, as características do Assentamento Renascer no Campo, objeto de estudo deste trabalho. A cidade de Altos situada na região norte do estado do Piauí tem suas origens no início do século XIX, onde seus primeiros moradores começaram a se fixar nessa região que pertencia à vila de Campo Maior, se deslocaram para esse território vindo do Estado do Ceará, pois as condições climáticas naquele lugar estavam bastante precárias.

Depois de visitarmos a Biblioteca Municipal, João Basto, com o intuito de conhecer sobre a colonização da cidade de Altos, nos deparamos com o jornal, O Altoense, de Chiquinho Cazuzá, esse jornal tinha grande circulação municipal na década de oitenta e noventa. Depois de análise de O Altoense descobrimos que:

A Grande seca que assolou o Nordeste de 1790 a 1794, devastou os rebanhos do sertão. Durante e após a grande seca, muitas famílias, principalmente do Ceará deixaram suas terras e partiram em busca de lugares onde as condições climáticas eram melhores e muitas delas vieram fixar-se no Piauí. Possivelmente a família de João de Paiva foi uma delas, pois chegou aqui onde hoje é a cidade de Altos, por volta de 1.800, seis anos depois da seca. Aqui chegando João de Paiva se estabeleceu com sua família se dedicou à criação de gado e a lavoura, nos lugares chamados Alto da Casa Nova, Alto Franco e Alto de João de Paiva (O ALTOENSE, 1987, p, 2).

Observamos no noticiário do jornal que os primeiros habitantes da cidade de Altos teriam sido a família Paiva que, para escapar da seca, chegaram a essa região e começaram a colonizá-la <sup>11</sup>. Começaram a criar gado dos poucos sobreviventes que traziam consigo e a plantar para sobreviver nessa região com um clima semelhante à sua região de origem, mas que não tinha sofrido os mesmos efeitos do estado do Ceará.

---

<sup>11</sup>entende se por colonizar: explorar, morar, fixar-se fazer residências.

A família Paiva veio aqui no início do século XIX fixou moradia. O jornal O Altoense comenta:

O ancião Paiva, em chegando em nossa região, agradou-se dos terrenos, deliberando fixar moradia, isso em idos de 1800, [...]. Escolhido o local fundou uma fazenda denominando-a de São José dos Altos, residindo por vários anos. [...] O ancião Paiva, com seus filhos, instalou suas residências nos pontos que ficaram reconhecidos de: Altos de João de Paiva, Alto Franco, e Alto da Casa Nova, isso por vários anos. [...] com o passar dos tempos, o velho João de Paiva estabeleceu várias fazendas em pontos favoráveis e também lavouras, dando a família manutenção. (O ALTOENSE, 1991, p. 3).

Portanto, a colonização altoense está ligada diretamente a questão agrária porque as primeiras famílias altoenses se fixaram aqui e começaram a plantar e viver na zona rural e assim começaram a gerar prole aumentando sua população e com ajuda de imigrantes vindos de suas terras natal que também fugiam das condições climáticas. E como a maioria das cidades interioranas do Brasil, a população rural altoense sobrepunha a urbana.

Uma característica importante do município é a forte concentração de assentamentos da reforma agrária, além de outras ocupações estarem aguardando o status de assentamento.

## 2.1 Assentamento Renascer no Campo

Figura 1 – Altos, Assentamento Renascer no Campo



**Fonte:Site:** [https://www.familysearch.org/pt/wiki/Altos,\\_Piau%C3%AD,\\_Brasil](https://www.familysearch.org/pt/wiki/Altos,_Piau%C3%AD,_Brasil)

Um dos objetivos do PNRA é contribuir para aumentar os benefícios sociais proporcionados pelas inversões públicas direta ou indiretamente relacionadas com o desenvolvimento do setor rural. E entre esses benefícios estão a compra de glebas para trabalhadores sem terras que caracterizam na formação de assentamentos.

Após várias reuniões entre trabalhadores e representantes do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Altos, os trabalhadores decidiram se organizar juridicamente para que, assim, conseguissem um pedaço de terra para sua morada e trabalho via programas sociais do governo, pois, os trabalhadores acreditam que a terra tem um significado de base do patrimonial familiar, sobre a qual se constrói a família e o trabalho. E depois de muita procura descobriram as terras improdutivas na localidade novo mundo, Malhada Alta, e foi nesse contexto que os trabalhadores se organizaram e construíram a Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Assentamento Renascer no Campo.

E, juntando as ações dos trabalhadores com auxílio do STTRA e do Governo Federal, conforme as normas do PNRA, via Crédito Fundiário, compraram o imóvel da proprietária, Maria Salvina de Sousa. Representado pelo senhor Francisco Gomes de Sousa, brasileiro, casado, policial militar, portador do GIP .10/447/PM/PI, a compra se deu no dia Vinte e um de dezembro de dois mil e cinco (21.12.2005) o valor indenizatório foi de R\$ 53.000,00 (**Cinquenta e Três mil reais**), por intermédio do Ministério de Desenvolvimento Agrário, Inscrito CNPJ: 01.612.452/00197. Denominado de MDA, representado nessa compra pelo Banco do Brasil S/A.

As famílias beneficiadas teriam 15 anos para poderem quitar esse valor junto ao governo federal. Os moradores do assentamento pagaram o valor estabelecido pelo governo através do crédito fundiário dois anos antes do previsto, como consta na certificação a seguir:

**Figura 2 – Certificação de quitação da terra**



Fonte: Acervo do senhor Francisco Oliveira

Depois da compra da terra algumas famílias abrigaram-se sob casa de taipas no assentamento, enquanto aguardavam a demarcação da área. Dois anos após adquirirem a terra, o governo federal através da FETRAF-PI construiu casas de alvenaria para as 20 famílias, possibilitando que todas as famílias se instalassem na região.

### **2.1.1 Aspectos geográficos**

O Assentamento Renascer no Campo foi criado por um grupo de trabalhadores sem-terra, (20), no ano de 2005, localizado na região da Malhada Alta, a 10 km da sede do município de Altos, na microrregião de Teresina, estado do Piauí. a 05°02'36" de longitude Oeste e a 180m de altitude, Altos é um município com 958 km<sup>2</sup> de extensão territorial e população de 46.826 habitantes. O clima do Assentamento Renascer no Campo deriva do clima do município de Altos.

Na área do Assentamento Renascer no Campo encontra-se tipos básicos de relevo: plano e ondulado. No Assentamento Renascer no Campo, pode-se observar as espécies: unha de gato, angico, cedro, canaleiro pau d 'arco, amêndoa, muta,



taboca, além do coco babaçu. Em relação aos fatores edafo-climáticos de influência predominam temperaturas elevadas durante todo o ano, com média anual em torno de 28, °C.

**Figura 3 – Plantio de milho no quintal de um morador no assentamento**



Fonte: Arquivo do autor (2022)

Nos quintais das famílias assentadas, além do milho encontra-se, o cultivo de feijão, mandiocas e alguns canteiros; segundo relatos, às vezes encontram-se animais silvestres na área do Assentamento. O principal ativo produtivo do Renascer no Campo é a terra, que é um indicativo de potencialidade e capacidade produtiva do assentamento para geração de renda e melhoria da qualidade de vida.

Portanto, o exercício da agricultura familiar (cultivo de mandioca, arroz, feijão e milho) além da criação de animais (suínos, caprinos e ovinos) formam o sustentáculo de autossustento para as famílias do assentamento. Os excedentes da produção são levados para feira do município para comercialização, contribuindo para a complementação da renda familiar dos trabalhadores.

O assentamento possui uma população de 42 habitantes, com uma Área total registrada do imóvel 218ha. A área média por família residente no Renascer no Campo é de 10,9ha; isso sem contabilizar os espaços coletivos e estradas. Quanto às áreas

de reserva legal ou preservação permanente, elas representam 20% da área total do assentamento.

O acesso ao assentamento é feito seguindo-se 10 km do centro de Altos-Piauí, na direção da capital Teresina pela Avenida Francisco Raulino. Um ponto de referência no centro de Altos para a entrada para o assentamento é uma grande árvore, visto na imagem abaixo.

**Figura 4 – Pé de Sapucaia**



Fonte: Acervo do autor (2023)

Depois de percorrer a Avenida Francisco Raulino, seguia esquerda a esquerda na rua Marcos parentes, em frente ao lendário Pé de Sapucaia, atravessando os trilhos percorrendo a rua Zeca Ten, posteriormente São Pedro, virando à direita na rua São Raimundo, travessa São Pedro, ou seja, atravessando o Bairro Tranqueira, percorrendo por estrada vicinal na, localidades Barcelona e Espinheiro.

Dentro da localidade Espinheiro o acesso ao Assentamento Renascer no campo se dar através de uma estrada bastante íngreme.

A ladeira do espinheiro, como é conhecida entre os moradores da região próximo ao assentamento estudado, antes de ser pavimentada era alvo de grandes reclamações dos assentados pelo difícil acesso, sobretudo nos períodos de chuvas

que praticamente ficava intrafegável. De acordo com a pesquisa de campo depois de muitas reuniões e luta dos camponeses, em 2022, o Governo Estadual realizou a pavimentação da ladeira.

**Figura 5 – Ladeira do Espinheiro**



Fonte: Acervo do autor (2023)

## **2.2 Organização social**

Um grande exemplo de organização social são os assentamentos rurais espalhados por todo o Brasil. Esses assentamentos não são exclusivamente destinados à produção agropecuária e conforme Carvalho (2013) também servem para:

[...] debate político, no qual discutem questões como a conquista da terra e a continuidade articulada das lutas; são um espaço de ações coletivas em que se expressam politicamente passando pela representação do interesse de classe. São ações motivadas por uma identidade construída no processo de luta pela terra e representam conteúdo político/ideológico que passa pelas relações de poder da estrutura da sociedade (CARVALHO, 2013, p. 59).

Essa citação ressalta que os assentamentos rurais vão além de ser apenas um espaço para a produção agropecuária, sendo também um local de debate político e ação coletiva. Além disso, enfatiza que essas ações são motivadas por uma identidade construída a partir do processo de luta pela terra e que representam conteúdo político e ideológico que refletem as relações de poder na sociedade. O autor, destaca a importância dos assentamentos na luta por direitos e na representação dos interesses de classe, reafirmando o papel fundamental da terra como um elemento central na construção da justiça social.

Assim, do ponto de vista organizacional, o processo de reforma agrária ocorrido nessa região, Renascer no Campo, representou para os assentados uma importante conquista dos trabalhadores rurais na luta pelo uso coletivo da terra. Significou também um modelo de debate de vários assuntos tanto comum como de cunho individual.

Tanto a ocupação do território quanto a organização das famílias e ainda a produção de alimentos do assentamento, ocorrem dentro de padrões coletivos que beneficiam, de forma equitativa, todas as famílias que compõem o grupo. A forma que os trabalhadores encontraram para lutar de modo unido por seus direitos, a saúde, educação, alimentação, saneamento básico e principalmente no que se refere a moradia e trabalho, foi criar uma associação. Que será debatida nos tópicos seguintes.

Provavelmente o associativismo é entendido como uma possibilidade que faz com que um grupo de pessoas reunidos possa buscar melhorias para o bem-estar comum. De acordo com o Sebrae (2006) temos que:

(...) o associativismo é uma organização sem fins lucrativos, uma maneira de organização permanente e democrática pelo qual um grupo de indivíduos ou entidades procura realizar determinadas necessidades” como sendo as finalidades econômicas, sociais, filantrópicas, científicas, políticas ou culturais (SEBRAE, 2006).

Essa citação do Sebrae (2006) demonstra como o associativismo é uma forma de organização coletiva que não visa ao lucro financeiro, mas sim a realização de necessidades diversas, que podem variar desde objetivos sociais, políticos ou até mesmo culturais. É interessante observar que a organização é democrática, o que

significa que todos os membros têm voz e poder de decisão nas diretrizes e ações tomadas. O associativismo pode, portanto, ser visto como uma forma de fortalecer a comunidade em geral, incentivando a cooperação e a união entre indivíduos e entidades que compartilham objetivos semelhantes.

Portanto, o associativismo facilita as discussões, visões e ideias, baseadas em um diálogo entre todo o grupo estabelecendo e garantindo maneiras democrático, cujo principal objetivo é o interesse do grupo, visando o seu crescimento e impulsionando suas atividades.

Sendo assim, o associativismo é um instrumento importante para que uma organização saia do anonimato e sintam-se vista nas áreas social, política, ambiental e econômica. As associações precisam ser devidamente registradas e formadas livremente por uma federação comunitária como pessoa jurídica.

Foi pensando nisso que os moradores do assentamento iniciaram sua trajetória se reunindo para criar uma associação, e assim serem representados coletivamente por um órgão perante os governos Federal, Estadual e Municipal.

Atualmente, o associativismo rural tornou-se uma forma de organização dos agricultores que encontraram formas de se opor à sociedade capitalista por meio de projetos alternativos relacionados aos mercados capitalistas, às tecnologias ambientais e às políticas de convivência das sociedades locais.

Para o escritor Pedro Demo (2001):

O associativismo representa o direito dos direitos, porque é ele que funda a proposta da organização em torno do bem comum, como é a constituição para qualquer país: nela surge a nação, organizada em torno de uma carta de intenções, que definem direitos e deveres de todos. Associar-se significa potencializar a competência humana democrática, realizando a regra da maioria que deveria prevalecer (DEMO, 2001, p. 30).

A citação de Demo destaca a importância do associativismo como forma de exercício democrático e participativo, visto que ele possibilita o engajamento coletivo em torno de objetivos comuns. Dessa forma, o associativismo se apresenta como uma ferramenta fundamental na busca pela realização do bem comum, pois permite que os indivíduos se organizem e atuem de maneira colaborativa em prol de interesses coletivos. O autor ressalta a importância de Leis constitucionais, que garantem

regalias de criar e associar em entidades, e assim proporcionem meios para enfrentar as condições precárias de trabalho e a dificuldade financeira que assola o homem do campo.

Além disso, a analogia feita por Demo entre o associativismo e a constituição de um país é muito pertinente. Assim como a constituição é um documento que estabelece direitos e deveres dos cidadãos, o associativismo também tem como base a definição de um conjunto de normas e princípios que orientam a ação coletiva em benefício do grupo.

Por fim, a ideia de que associar-se significa potencializar a competência humana democrática é bastante relevante, pois evidencia que a união entre indivíduos pode ser capaz de gerar resultados mais efetivos do que a atuação individual. Conseqüentemente, a regra da maioria pode ser efetivamente aplicada de forma democrática, prevalecendo sempre o bem comum.

Dessa forma, os moradores da localidade Malhada Alta estão organizados em associação com o nome jurídico: Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais do Assentamento Renascer no Campo (ACOMDEPRARC.) Inscrito no CNPJ: 07.637.759/0001-29. Tendo como o primeiro presidente da associação Gidegilson Soares Marques. Uma vez instituído legalmente ACOMDEPRARC a classe trabalhadora rural teve mais força e coragem para lutar em busca do tão sonhado pedaço de terra.

Com a criação da associação, seus primeiros dirigentes começaram a ver a necessidade de seus afiliados e de início continuaram com as mesmas ideias e visão de antes em ajudar os trabalhadores a lutar pelos seus direitos concernentes à reforma agrária. E elaboraram um estatuto com direitos e deveres. O estatuto elaborado em 2005 tem como finalidade: promover o bem-estar de todos os associados com base nas seguintes iniciativas:

Art 2.

- I representar perante as autoridades administrativas e jurídicas na defesa dos interesses dos associados
- II promover a unidade de luta dos trabalhadores (as) da comunidade em defesa de seus interesses
- II apoiar os sindicatos de classes em suas reivindicações
- III orientar e dinamizar novas práticas agrícolas

III proporcionar aos associados à participação em atividades artísticas, culturais e desportistas, (ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO RENASCER NO CAMPO 2005).

Esse estatuto dava orientação jurídica e administrativa e além de dar alguns direitos aos associados também acarretava alguns deveres. E entre esses deveres estavam o de contribuir mensalmente com uma quantia simbólica, que são utilizadas para a manutenção da comunidade, tais como reparo da bomba tubular, compra de lâmpadas para os postes, pagamento dos impostos do imóvel ao contador, autenticação das atas. As associações são a principal força de organização representativa dos assentados. Holanda (2006) diz:

A nova conjuntura, a sua condição de assentado, obriga os trabalhadores rurais a intensificar experiências que, na sua situação de vida anterior, dificilmente ocorreriam. Passam a organizar-se, procurar os poderes públicos, demandar, pressionar, negociar, enfim um amplo espectro de atividades que os colocam frente ao exercício da participação política (HOLANDA, 2006).

Conforme o autor, a presença de associações legalizadas nos assentamentos é quase obrigatória porque facilitam as ligações com instituições do Estado e outras agências no tocante a lutar por direitos e acesso a políticas públicas condicionadas a existência de associações.

Além disso, a fala de Holanda sobre a intensificação das experiências dos trabalhadores rurais em função da sua condição de assentado é muito importante. A participação na política são atividades essenciais para que esses trabalhadores possam reivindicar seus direitos e melhorar suas condições de vida.

Essa participação política é fundamental para que haja uma transformação na realidade desses trabalhadores, já que é por meio dela que podemos pressionar as autoridades e conquistar melhorias. É muito positivo ver que os trabalhadores rurais estão se organizando e buscando seu espaço na sociedade, o que representa um avanço nas lutas pela terra e pela igualdade social.

Portanto, a fala de Holanda é um alerta para a importância da participação política dos trabalhadores rurais, não apenas como forma de reivindicação, mas também de construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Através da orientação do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – STTR de Altos, a população reuniu-se para a criação da ACOMDEPRARC em dezembro de 2004, e em 28/09/2005 a ACOMDEPRARC foi criada oficialmente. Os assentados mantêm boa relação com o Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais /STTR-Altos. O Presidente da associação expõe que o Sindicato sempre mantém algum tipo de acompanhamento às famílias assentadas, com visitas periódicas de diretores da entidade ao Assentamento. A Associação se reúne mensalmente para deliberar sobre assuntos pertinentes à comunidade. E prestação de contas.

Nessas reuniões, sempre estão em discussões assuntos relacionados ao trabalho coletivo, familiar, cooperação além das maneiras sustentáveis de produção na terra. Do mesmo modo, pautam a realidade dos assentados além de projetos de financiamento para as atividades da agricultura e pecuária para as famílias dos camponeses assentados financiados pelo Programa Nacional da Agricultura Familiar (PRONAF).

Atualmente a associação tem como diretoria executiva:

- Francisco Raimundo de Oliveira – Presidente;
- Rosilene da Silva Paz - Vice-Presidente;
- Edmilson José da Silva, 1º secretário;
- Luís Ferreira Barros 2º secretário;
- Josemar Batista de Sousa, 1º Tesoureiro;
- Raimunda Maria da Conceição Barros, 2ª Tesoureira.
- Conselho Fiscal Efetivo:
- Anisio Francisco Albino dos Santos
- Adail Alves do Nascimento
- Juracy Vieira da Silva
- Conselho Fiscal suplente:
- Francisco Ribeiro de Oliveira
- Valdene da Conceição Barros
- Maria do Amparo da Silva.

Hoje a Associação não tem uma sede própria, e segundo o seu presidente, o projeto da construção da sede foi iniciado, mas por conta da falta de recursos e até



mesmo desejo dos moradores, não continuaram a construção, as reuniões são realizadas nas casas dos moradores, em especial na casa de forno pelo grande espaço lá existente.

Porém, quando tem uma reunião de caráter emergencial com todos os assentamentos vizinhos, a reunião é feita no Pé da ladeira do espinheiro em um bar de fácil acesso, Bar do Sergio.

**Figura 6 – Bar do Sergio**



Fonte: arquivo do autor (2023).

### **2.3 Infraestruturas**

Conforme os Planos Nacionais de Reforma Agrária – PNRA, as políticas públicas precisam atuar na sustentabilidade dos assentamentos rurais, promovendo meios, sociais econômicas e ambientais capazes de proporcionar melhor qualidade de vida aos assentados. Os fundos financeiros oferecidos pelo Governo por meio de

programas de créditos concedidos à reforma agrária nos assentamentos rurais necessitam ser destinado da melhor forma possível e primordialmente devem exercer os objetivos da política agrária brasileira, beneficiando o homem e mulher do meio rural e suas famílias, possibilitando-lhes uma vida digna e humana.

Dentre os créditos especiais, destacam-se Cédula da Terra, Banco da Terra ou do Programa Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural. De acordo com o INTERPI esses programas visam “dar aos assentados infraestrutura adequada como: energia, água, estrada e moradia, além de apoio a projetos produtivos de interesse da comunidade. E apoio em assistência técnica e na comercialização da produção. Após a criação do assentamento, serão celebrados contratos de concessão de uso entre os assentados e o INCRA, adquirindo eles a condição de beneficiários da reforma agrária, na forma da legislação e do ato normativo interno.

**Figura 7 – Vista aérea do Assentamento Renascer no Campo**



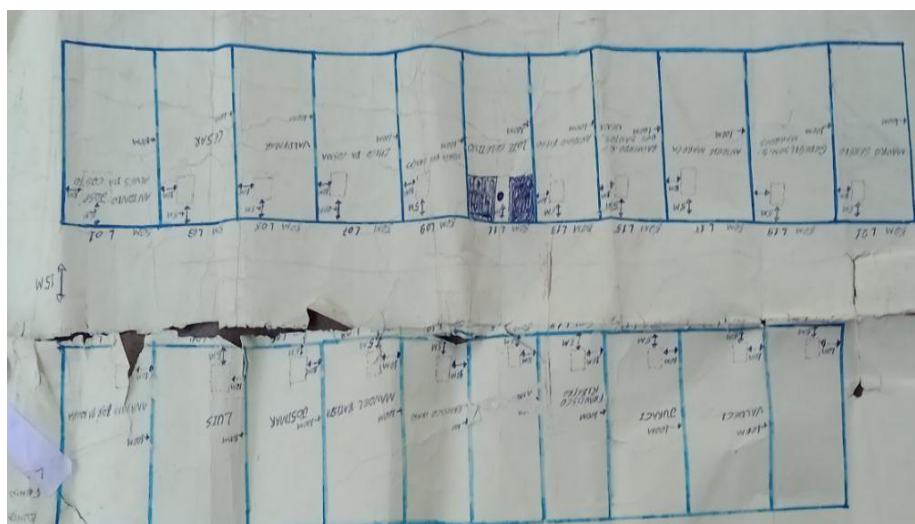
Fonte: Google Earth (2023)

### 2.3.1 Moradia

O direito à moradia é previsto como direito social, no Capítulo II da Constituição Federal, expresso no caput do artigo 6º, incluído após a publicação da Emenda Constitucional nº 26/2000, e mantido na redação dada pela Emenda Constitucional nº 64/20102 que modificou o dispositivo garantindo como direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, e a assistência aos desamparados, na forma como preconiza a CF/88.

Detectam-se essas políticas públicas no assentamento Renascer no Campo através da construção de casas de alvenaria para os assentados. Os créditos destinados a essa modalidade foram concedidos individualmente e aplicados de forma coletiva, ouvidos os assentados, observando-se que sua execução teve orientação e foi assessorada pelos técnicos do INCRA e das equipes de Assessoria Técnica, Social e Ambiental (ATES).

**Figura 8 – Planta do Assentamento**



Fonte: Acervo pessoal do senhor Francisco presidente da associação do Assentamento Renascer no Campo

De acordo com as imagens acima, o Assentamento está organizado por vinte residências, Dez do lado direito e Dez do lado esquerdo. E no centro uma área reservada para o uso coletivo.

O Assentamento é composto por um conjunto residencial, dividido por uma única rua sem pavimentação, possui atualmente 16 famílias assentadas, de residência fixas e 4 que moram na zona urbana do município indo às vezes aos fins de semana a suas casas no assentamento.

**Figura 9 – Rua única do Assentamento**



Fonte: Acervo do Autor (2022)

Conforme os moradores, depois da compra do terreno via crédito fundiário o, governo Estadual, via banco do Brasil, cedeu o montante de R\$= 39.292,60 (Trinta e Nove mil Duzentos e Noventa e Dois reais e Sessenta Centavos) para a construção das 20 casas do assentamento. Como mostra o exemplo a seguir:

**Figura 10 – Estilo das primeiras casas construída no assentamento**



**Fonte: Acervo do autor (2022)**

A casa foi feita com 5 (cinco) cômodo 1 (uma) Sala de estar, 2 (dois) Quarto, 1 (uma) cozinha 1 (um) Banheiro.

Os serviços oferecidos na construção foram:

Fundações: baldrame, feito por pedras sapatas corridas e com pedra de mão, argamassa de cimento, cal, e areia na proporção de 1:2:8,

Alvenaria: as paredes internas e externas foram construídas com tijolos de seis furos assentados em argamassas de cimento, cal e areia na proporção de 1:2:8;

Revestimento: as paredes internas foram revestidas com reboco de argamassas de cimento, cal e areia na proporção de 1:2:6, espessura de 2 cm.

As paredes externas foram chapiscadas com traço de cimento e areia 1:4 a frente externa rebocada.

Estrutura: as casas têm vergas de concreto (radier de 10cm x 12cm) na altura das portas e janela, argamassas de cimento, areia e brita na proporção de 1:3:5.

Piso: interno tem expressara de 6cm de concreto magro de cimento areia e brita na proporção de 1:3:5 lançado sobre aterro compactado, com acabamento em cimento queimado e alisado.

Cobertura: o engradamento foi em madeira serrada com caibros a 40cm e 2 ripas por telha, pintada com óleo queimado, e o telhamento de cerâmica tipo canal. Não houve tesoura de madeira que foi substituído por empena de alvenaria

Esquadrias: as janelas e portas são metálicas, as janelas do banheiro são combogos de 40x40cm, cada casa tem 2 janelas de 100x100 cm e 04 portas sendo umas delas no banheiro.

Pinturas: as paredes internas são pintadas com tinta hidracor em 3 (três) demãos, a frente externa foi rebocada e também pintada em 3 (três) demãos com aplicação de supercal.

Banheiro: foram colocadas instalações hidro sanitárias com peças sanitários e lavatórios em louça, chuveiro.

Fossa Sumidouras foram construídas de 5 manilhas interligadas e tampadas com lajes

As pedras existentes na região, foram cedidas pelos moradores, para serem utilizadas na construção. Foram construídas fossas sumidouras para cada unidade habitacional, inclusive com sistema de abastecimento D´agua, Instalação elétrica e hidráulica. Em contrapartida os moradores entraram com 10% dos custos em forma de mão de Obra. Dentro dessa porcentagem incluía, limpar o local da casa, fazer as cavas do baldrame.

## **2.4 Saneamento Básico**

A Política Nacional do Saneamento e a Política Nacional de Resíduos Sólidos foram criadas com o objetivo de instituir um novo paradigma para a gestão do saneamento como um todo no Brasil, abrangendo o abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos, além da limpeza urbana e rural dos municípios.

A Lei 11.445/2007, que instituiu a Política Nacional do Saneamento, definiu como objetivo do saneamento básico "garantir à população o acesso aos serviços públicos de saneamento de forma adequada e sustentável", além de estabelecer regras para a prestação dos serviços, o planejamento regional integrado e a regulamentação do setor. (BRASIL, 2007).

Já a Lei 12.305/2010, que criou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, tem como base a gestão integrada e o ciclo de vida dos resíduos, do ponto de geração até a disposição final ambientalmente adequada, visando à proteção da saúde pública e do meio ambiente. Esta lei também definiu os princípios e instrumentos para a gestão dos resíduos sólidos, incluindo a coleta seletiva, a reciclagem e a destinação final dos resíduos (BRASIL,2010).

Ambas as leis estabeleceram a necessidade de planejamento, participação social e tecnologias ambientalmente sustentáveis para a gestão do saneamento básico e dos resíduos sólidos no país. O saneamento básico deve ser pensado de forma integrada, para garantir a universalização do acesso aos serviços de água, esgoto e resíduos sólidos, em respeito ao meio ambiente e à saúde pública. A implementação dessas políticas é fundamental para garantir a qualidade de vida da população e a sustentabilidade ambiental, além de contribuir para o desenvolvimento econômico do país.

É necessário que haja a cooperação entre os diferentes setores da sociedade para garantir uma gestão eficiente, abrangente e sustentável do saneamento básico e dos resíduos sólidos no Brasil, e dar o acesso a um serviço de qualidade para todos os cidadãos.

## **2.5 Saúde**

O Plano de Reforma Nacional de Reforma Agrária reconhece o direito das comunidades rurais à Saúde. O Plano prevê ações visando garantir o acesso por parte dos homens e das mulheres assentados à saúde pública.

Na questão da assistência à saúde, há sérias dificuldades no Assentamento Renascer no Campo, no sentido de que a política de saúde no assentamento é limitada. No quesito atendimento de saúde é realizado através do agente de saúde. O trabalho do agente de saúde consiste basicamente em identificar as doenças e orientar os pacientes para que procurem tratamento médico nas unidades de saúde externas ao assentamento. Outras atribuições desse agente são: agendamento de consultas, entrega de medicamentos, verificação do peso das crianças e acompanhamento de pessoas com problemas de hipertensão, que na maioria dos casos são idosos.

No entanto, segundo as famílias entrevistadas, o atendimento do agente de saúde é prejudicado pelas condições de trabalho oferecidas pela prefeitura do município que dificilmente aparece na região, pela grande quantidade de comunidades que o agente é responsável. A maioria dos assentados afirmou nunca não ter recebido visita do médico no assentamento. Os moradores ainda relatam que, é de suma relevância um Posto de Saúde na região, sendo a implantação dele,

reivindicação frequente dos assentados em que foi realizada a pesquisa, por ter importante papel na melhoria da saúde nos assentamentos.

De acordo com o Presidente da Associação dos Moradores, o Assentamento é assistido pelas equipes do PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA (PSF) do Bairro Tranqueira além do atendimento médico-odontológico.

**Figura 11 – Posto de saúde do bairro tranqueira zona urbana de Altos**



Fonte: Acervo do autor (2023).

## **2.6 Abastecimento de energia**

O Assentamento dispõe de sistema de energia elétrica. A rede de distribuição de energia elétrica é da Equatorial Energia S.A. Encontra-se na localidade, 4 postes de baixa tensão e 23 Postes de baixa tensão. Um transformador monofásico de 10,74kva ficando este com carregamento de 71,60%. No assentamento existem proteção contra curto-circuito que são através de chaves fusíveis de 100<sup>a</sup>/ 15KV, com elos de 6k localizada na estrutura U3F -11/300 –s/b, ou seja, a proteção contra curto-circuito ou sobrecarga é garantida por disjuntores instalados nas caixas de medições.



Vale destacar que, através do crédito da instalação da energia, os moradores tiveram que abrir caminhos até a localidade Zundão, fazendo roçado e cavando buracos para instalação dos Postes, pois, a energia do assentamento vem da subestação daquela região.

## **2.7 Descarte de Resíduos Sólidos**

O lixo tem sido um dos maiores obstáculos enfrentado pela humanidade no seu processo evolutivo. Lixo é o nome genérico de produtos residuais, restos de triose, despejos, sua separação é um passo primordial para sua melhor reciclagem. Além de preservar o meio ambiente, diminuir o lixo, possibilita melhoria e limpeza do meio em que vivemos, diminui o desperdício e a proliferação de animais vetores de doenças.

Os moradores do assentamento separam o lixo e depositam em lixeiras existentes na região. Encontram-se 3 (três) grandes lixeiras, (ver modelo na Figura 12) uma na entrada do assentamento, no pé da ladeira, uma no meio e outra no final.

Pesquisa de campo detectou que, na teoria, o caminhão do lixo do município seria deslocado, quinzenalmente, da cidade até o assentamento para fazer a coleta no renascer no Campo e assentamentos da região.

Conforme os moradores, essa média de duas vezes ao mês da ida do carro do lixo, na prática não se aplica. E assim os moradores separam o lixo inorgânico, latas, vidros, plástico, do lixo orgânico, restos de comida, papéis e colocam nas lixeiras, permanecendo lá por meses até o caminhão do lixo aparecer.

**Figura 12 – Deposito de Lixo presente no Assentamento**



**Fonte: Acervo do Autor (2022)**

O destino do lixo orgânico é reaproveitado nas hortas, jardins e servem de comida para os animais. Já o lixo inorgânico, as famílias fazem um buraco no quintal deposita, queima e aterra.

Os moradores já foram até ao órgão municipal responsável pela coleta, para reivindicar a ida do caminhão até o assentamento de quinze em quinze dias como tinha sido acordado entre poder público e assentados. E segundo, o um dos moradores:

o caminhão do lixo vem só quando nós vai lá, e só é uma duas vezes, e depois passa de mês sem vim. E as vezes eles alegam que a estrada, a ladeira ta ruim; e o caminhão não chega até nós E deixei de ir la reclamar, agora gente coloca p lixo nas lixeiras e outros a gente enterra e queima no quintal (A3, 2022)

Essa entrevista evidencia um problema muito comum em muitas comunidades, que é a falta de regularidade na coleta de lixo. É preocupante que os moradores precisem esperar por semanas para que o caminhão do lixo passe, e ainda enfrentem justificativas por parte dos responsáveis pela coleta, como a má condição das estradas.

Essa situação é prejudicial tanto para os moradores quanto para o meio ambiente, visto que a queima do lixo no quintal emite gases poluentes na atmosfera.

Na fala do senhor Francisco, detectamos que houve conversas entre representante da associação e os responsáveis pela coleta do município para solucionarem o problema da falta de coleta no assentamento por parte do caminhão na região. A questão da ida do caminhão, ao menos quinzenalmente, não foi resolvida. Isso acarretou que os moradores deixaram de reivindicar a presença do caminhão de lixo, ou seja, passaram a não se incomodar com a presença dele, como outrora, se desfazendo de seus lixos de sua maneira rudimentar.

É importante que as autoridades competentes sejam acionadas para buscar uma solução para a situação, garantindo uma coleta constante e adequada do lixo na comunidade. Além disso, é fundamental que os moradores se conscientizem da importância de descartar os resíduos de maneira adequada, utilizando as lixeiras disponíveis e evitando práticas nocivas ao meio ambiente.

## **2.8 Distribuição e Abastecimento de Água Potável**

A qualidade da água é essencial para a saúde e bem-estar de qualquer comunidade humana, constituindo-se assim fontes de fundamental importância para a garantia da qualidade de vida das pessoas.

Diferentemente das inúmeras famílias brasileiras residentes em assentamentos rurais provenientes da Política Pública de Reforma Agrária do Governo Federal, que se encontram, sob condições precárias de abastecimento de água, os camponeses do Renascer no Campo, eles possuem recursos hídricos disponíveis e são constituídos de um poço tubular de uso coletivo:

A imagem a seguir mostra o poço utilizado pelos moradores do assentamento, ele tem a profundidade de 150 metros. A água desse poço é utilizada para beber, banhar, cozinhar, lavar roupa além de dar de beber para seus animais domésticos. A água do poço é levada para a caixa d'água presente (ver figura 13) que posteriormente é distribuída para as famílias da comunidade.

**Figura 13 – Poço Tubular do assentamento**



Fonte: Acervo do autor (2022).

No assentamento encontra-se um sistema de abastecimento de água encanada através de uma caixa d'água de 10 mil litros.

**Figura 14 – Caixa d'água do assentamento**



Fonte: Acervo do autor (2022).

## **2.9 Educação**

No estudo em questão, percebeu-se que a educação no Assentamento Renascer no Campo é assistida pela esfera municipal e estadual. O nível de instrução escolar dos assentados é baixo, conforme observou-se no perfil dos participantes que foram entrevistados pelo questionário, sendo que: 26 entrevistados declararam ensino fundamental incompleto, 11 declararam ensino fundamental completo, três declararam ensino médio completo e apenas 1 declarou ter o ensino superior completo.

Dentro do assentamento Renascer no Campo e seus arredores, o nível de escolaridade é bastante limitado. A única pessoa que possui formação superior é a esposa do tesoureiro e atual vice-presidente da associação, que é professora e trabalha na capital Teresina. Já entre os que possuem Ensino Médio estão o próprio tesoureiro e sua filha, que ainda está cursando a primeira série do nível médio, além de um morador que trabalha em uma oficina de conserto de motos e bicicletas na zona urbana.

Apesar da escassez de escolas e creches na região, as crianças precisam se deslocar diariamente até a cidade para terem acesso à educação. A prefeitura municipal disponibiliza um ônibus para esse deslocamento, que ajuda a garantir o acesso à escola e creche mais próxima.

## **2.10 Economia**

Sobre a economia desenvolvida nos assentamentos rurais, Santos (2014) comenta:

A constituição do campesinato no Brasil, (...) perpassa por três dimensões: a luta pela posse da terra e pela construção do seu patrimônio, condição fundamental para sua existência. A propriedade da terra garante o acesso a bens naturais fundamentais para a produção econômica; a segunda dimensão refere-se às estratégias desenvolvidas pelos camponeses para trabalhar em quaisquer que sejam as condições e assegurar a reprodução da família; uma terceira dimensão está associada às formas de produção do camponês, formas de uso da terra, relações com os bens naturais, diversificação e intensificação da produção, invenção e reinvenção de técnicas e utensílios de trabalhos, produzidos pelos camponeses, disponíveis na natureza e adquiridos nos mercados. (SANTOS, 2014, p.132)

Santos, (2014) destaca as três dimensões essenciais para a constituição do campesinato no Brasil, enfatizando a importância da posse da terra para garantir o acesso aos recursos naturais necessários para a produção econômica. Além disso, ressalta as estratégias desenvolvidas pelos camponeses para trabalhar em quaisquer condições e assegurar a reprodução de suas famílias, bem como as formas de produção específicas do campesinato, incluindo a diversificação e intensificação da produção e a invenção e reinvenção de técnicas e utensílios de trabalho.

Partindo dessa perspectiva, os assentados do Renascer no Campo estão inseridos nessas três dimensões, sendo que atualmente a última dimensão citada pelo autor, formas de produção do camponês e formas de uso da terra, estão mais presentes em seu cotidiano. As atividades econômicas desenvolvidas pelas famílias estão relacionadas a modalidades de uso comum da terra, e sustentados no trabalho familiar.

De maneira geral, a citação destaca a capacidade dos camponeses de se adaptarem às condições sociais e econômicas adversas e encontrar formas criativas de produzir e sobreviver.

Ainda sobre a economia do assentamento, podemos mencionar a importância da mandioca, onde 80% dos assentados a produzem e a vendem. O processo começa com o plantio na roça que é prática da agricultura familiar. A roça passa por algumas fases: brocar a mata, derrubar, juntar os garranchos e posteriormente, queimar.

Essa ação é realizada antes que ocorram as primeiras chuvas. Após o início da temporada de chuva, inicia-se o plantio das culturas. Posteriormente a colheita, os espaços da roça passam por um processo de “descanso”, que varia de 2 a 4 anos, permitindo, nesse período o crescimento da mata “descansar”.

No assentamento Renascer no Campo, existe uma casa de Farinha, ou casa de Forno, assim denominada pelos moradores, de propriedade particular. Que será demonstrada através de imagens abaixo.

Na região do assentamento, as famílias se reúnem desde o mês de junho até o começo de agosto para realizar o sistema da farinha de Mandioca. O processo inicia anos antes com o plantio da macaxeira, realizado por toda a família: homens, mulheres, jovens e crianças.

**Figura 15 – Famílias reunidas no assentamento renascer no campo descascando mandioca no período da farinha**



Fonte: Acervo do autor (2022)

**Figura 16 – Casa de forno**



Fonte: Acervo do autor (2022)

Podemos observar na imagem, uma cena muito comum nas comunidades rurais, especialmente nas regiões Norte e Sul do Piauí. A farinhada é um período muito importante para as famílias que vivem da terra, pois é quando a mandioca é colhida e processada para a produção de farinha, um alimento básico na região.

**Figura 17 – Famílias reunidas no assentamento renascer no campo no período da farinhada.**



Fonte: Acervo do autor (2022)

Mediante as imagens acima, constatamos que nesse âmbito o processo da farinhada envolve um verdadeiro empenho coletivo da família. Conforme os moradores, cada família tem uma data pré-estabelecida para utilização da casa de forno. Os homens da região se reúnem para a colheita da mandioca, seja em sua semana de farinhada ou de seu vizinho, realizando, assim, uma parceria voluntária. Posteriormente à colheita da mandioca, as famílias e amigos se reúnem para descascar a mandioca.

Os assentados levam a mandioca, após a colheita, de carroça até a Casa de Farinha, onde as mulheres descascam a mandioca, após serem descascadas, elas são colocadas em pneus cheios de água para amolecer ou pubar. Depois são trituradas, transformando-se em massas

Os moradores pagam para utilizar a casa de forno e, geralmente, é através do produto confeccionado – a farinha. No período da farinhada os moradores se revesam semanalmente para realizar sua própria farinhada. Depois de tirar o pagamento dos ajudantes, da dona do forno e para o consumo familiar, o dono e responsável pela farinhada ensaca a farinha para vender. Depois de ensacada, ela é



transportada em carros até o estabelecimento pré-agendados (comércio, restaurantes, supermercado) na cidade de Altos e região.

Durante nossa pesquisa de campo, tivemos a oportunidade de vivenciar esse processo de farinhada de perto, (ver imagem acima). Acompanhamos os habitantes da comunidade enquanto eles descascavam as mandiocas e as transformavam em farinha. Foi interessante perceber como todos os membros da comunidade se uniam para realizar essa tarefa, fazendo com que a produção da farinha fosse um momento de confraternização e união.

**Figura 18 – Pesquisador participando da Farinhada**



Fonte: Acervo do autor (2022)

Além disso, pudemos observar a importância da farinhada para a economia e cultura da região, uma vez que a farinha era vendida para outras comunidades e utilizada na culinária local. Conhecer uma tradição tão significativa para a região nos possibilitou uma imersão cultural e nos permitiu compreender melhor os costumes e hábitos dos moradores do assentamento pesquisado.

Por fim, a experiência de participar da farinhada nos permitiu valorizar a importância do trabalho em equipe, além de aprender mais sobre a agricultura e

produção de alimentos. Foi uma vivência enriquecedora que contribuiu para o nosso crescimento pessoal e profissional como pesquisador. Outro produto de grande destaque na região é o milho. Ele tem múltiplas atribuições: quando colhido verde é apropriada para o consumo de várias formas: cozido, assado, feito cuscuz, quarenta ou pamonha. Quando seco, é guardado para alimentar os animais e comercializá-lo

Além das plantações e comercializações de produtos agrícolas como: feijão, arroz, fava, maxixe, melancia, abóbora, quiabo e sobretudo mandioca e milho. Produção de caprinos e suínos, galinhas, patos. Isso tudo no assentamento são atividades importantes das famílias. Os suínos e caprino se alimentam da cobertura vegetal da região.

É importante ter em mente que os recursos vindos da comercialização dos produtos agropecuários produzidos no assentamento não são a única fonte de rendimentos dos familiares. Existem três tipos de rendimentos: a renda oriunda da comercialização dos produtos produzidos, as rendas advindas do trabalho realizado fora dos assentamentos e, por fim, outras rendas e ajudas financeiras recebidas como aposentadorias e pensões. No quadro geral, 15 entrevistados obtiveram a sua renda a partir da comercialização de farinha, 8 estavam aposentados e 5 trabalhavam com a comercialização de animais vivos e abatidos.

A análise da composição dos rendimentos, ou melhor, da capacidade de geração de renda relativos à safra da mandioca, mostra não só a importância da renda no assentamento, como também o peso de outras fontes de rendimento, como as aposentadorias e pensões e as diversas formas de trabalho externo. A Pesquisa mostra que 37% das famílias têm um dos membros aposentados ou recebem pensões e que 56% são aposentados e trabalham na produção e comercialização da mandioca. 12% têm sua renda oriundo do trabalho externo.

Portanto, a posse da terra para as famílias do assentamento renascer no Campo é um recurso fundamental, visto que é por meio dela que os camponeses produzem alimentos e criação de animais para sua subsistência.

## 2.11 Perfil das famílias assentadas

Todas as Famílias são originárias do município de Altos. A maioria morava no bairro tranqueira e adjacentes. Todas as famílias assentadas já trabalhavam na lavoura. As famílias dos assentados não são numerosas e se diferenciam do tipo nuclear, isto é, formadas pelo pai, mãe e filhos, A maioria das famílias são compostas de marido e mulher.

Detectou-se que a presença de jovens no assentamento é muito baixa. E de acordo com relatos dos moradores isso se deu pelo processo de formação do assentamento. As Famílias que se interessaram para investir na região foram somente os “velhos”. Os filhos e parentes mais jovens preferiram permanecer na cidade, empregados em setores privados, além de morar em casas de aluguéis. Um dos motivos elencados da pouca participação dos jovens no início da comunidade é a dificuldade de acesso à escola, ao lazer e à cultura, associada à curiosidade e interesse pelo trabalho remunerado.

Outro fator que não se pode deixar de considerar é a influência que as políticas neoliberais e a mídia exercem sobre essa decisão dos jovens de não morar no assentamento. Embora hoje Instrumentos tecnológicos, como, TVs, telefone celular e Internet via Rádio se encontre no assentamento, não atraiu os jovens para se fixar lá. Deslocando-se à região somente aos fins de semana, feriados e semana santa. Além da ilusão de que a zona urbana da cidade é o lugar das “facilidades”, em que tudo se pode. Essas ideias acabam por tornar-se senso comum.

Portanto, a discussão sobre o êxodo rural deve sempre considerar todos os fatores envolvidos e buscar soluções que valorizem o campo e suas potencialidades, oferecendo condições dignas de vida e oportunidades para todos, independentemente da escolha que façam.

### **CAPÍTULO 3 – RELATOS SOBRE AS VIVÊNCIAS DOS ASSENTADOS DO RENASCER DO CAMPO**

Viver em uma área rural é um desafio constante e requer uma grande adaptação ao cotidiano, principalmente quando se trata de uma região de difícil acesso e com poucos recursos. Esse é o caso do Assentamento Renascer no Campo, localizado no interior do município de Altos. Com o objetivo de compreender esse processo de criação do assentamento, moradia e estadia, foram entrevistados alguns moradores do assentamento, que tiveram que se adaptar para chegar até onde estão hoje.

Para melhor desenvolvimento das conversas com alguns moradores do Assentamento e para agirmos eticamente, eles tiveram seus nomes modificados para codinomes, com a finalidade de preservar sua identidade. Seus codinomes são: Assentados: A1; A2; A3; A4; A5 e A6. Também entrevistamos uma jovem filha de um morador do assentamento, que optou por permanecer na cidade e um morador que desistiu de morar no assentamento. Com o intuito de exibir os depoimentos desses assentados, da jovem e ex-assentado, segue os trechos de cada entrevista. A jovem teve como codinome Filha de Assentado -FA e o ex-morador de Ex- Assentado EA

O Assentamento Renascer no Campo foi criado há quase vinte anos em uma área com poucos recursos, pouca infraestrutura e de difícil acesso. Para A1, que mora lá há 18 anos, a adaptação não foi fácil. No início, o assentamento era como uma “selva”, com pouca estrutura e um grande desafio para quem estava acostumado a viver na cidade. A2, que vive no assentamento há 14 anos, acrescenta que a questão da adaptação é um processo contínuo, que requer muita paciência e determinação.

A3, que também mora no assentamento há muitos anos, relata que o principal desafio é a falta de infraestrutura, como escolas, postos de saúde e segurança. Para ela, apesar das dificuldades, o assentamento é uma forma de viver em contato com a natureza e em harmonia com o meio ambiente.

A4 e A5 destacam que, para eles, a maior dificuldade é a falta de trabalho na região, o que obriga muitas pessoas a procurarem trabalho em outras regiões principalmente nas cidades, o que acaba gerando um desgaste emocional e financeiro. A6 acrescenta que, apesar de todas as dificuldades, a sensação de estar

em contato com a natureza e de poder se sustentar da própria terra é uma sensação imensurável.

A Jovem Filha de um Morador do Assentamento, FA, optou por ficar na cidade para estudar e trabalhar. Ela relata que visita o pai no assentamento sempre que pode, mas que não se imagina morando lá. Para ela, a vida na cidade oferece mais oportunidades de estudo e trabalho, além de uma maior comodidade e segurança.

O Ex-morador EA, que foi morador do assentamento por alguns anos, relata que deixou o assentamento por conta das dificuldades enfrentadas. Ele destaca que a falta de infraestrutura e de trabalho foram os principais motivos que o levaram a desistir. Para ele, a vida na cidade oferece mais garantias e oportunidades. A tabela a seguir apresenta informações sobre o perfil dos entrevistados do assentamento. É possível observar a diversidade de idade, sexo, cor, profissão e escolaridade dos entrevistados, o que consideramos importante para entender as diferentes perspectivas e experiências dos moradores. Além disso, o tempo de assentamento foi uma informação relevante para entender a relação dos entrevistados com o local onde vivem.

**Tabela 1 – Perfil dos entrevistados**

Codínomes	Idade	Sexo	Cor	Profissão	Escolaridade	Tempo de assentamento
A1	47	M	Parda	Trabalhador Rural	Ensino Médio Completo	Uma das primeiras moradoras
A2	37	F	Negra	Professora	Ensino Superior	15 anos
A3	60	F	Parda	Aposentada	Ensino Fundamental	16 anos
A4	66	M	Branca	Aposentado	Ensino Fundamental	18 anos
A5	64	M	Negra	Aposentado	Ensino Fundamental Incompleto	Um dos primeiros moradores
A6	72	M	Parda	Aposentado	Ensino Fundamental Incompleto	-
FA	27	F	Branca	Professora	Ensino Superior	Viveu 5 anos no assentamento
EA	66	M	Parda	Aposentada	Ensino Fundamental Incompleto	Uma das primeiras moradoras

Fonte: Elaborado pelo autor. (2022)

### **3.1 Relatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Altoenses sobre a Criação do Assentamento Renascer no Campo.**

A trajetória dos trabalhadores e trabalhadoras rurais altoenses é representada por lutas e conquistas dos movimentos sociais no campo. Durante muito tempo, esses trabalhadores foram explorados e marginalizados, sem acesso à terra, educação e saúde adequadas.

No entanto, através da organização e mobilização, esses trabalhadores conseguiram a criação do Assentamento Renascer no Campo, que representa um importante avanço na luta pela reforma agrária e pela justiça social. Essa trajetória é um exemplo da resistência e da luta dos trabalhadores rurais em todo o Estado, e deve ser valorizada e reconhecida como uma parte importante da história de Altos.

É importante dar voz às comunidades marginalizadas e entender suas necessidades, por isso, vamos, a partir de agora, reproduzir a escrita e analisar as entrevistas que realizamos com os residentes do assentamento durante nossa pesquisa de campo.

Meu pai ficou sabendo dessas terras que estavam sendo vendida então ele me chamou para entrar em um grupo de amigos para nós comprarmos aí juntamos 20 trabalhadores se juntamos e compramos, eu fui um dos primeiros a aqui no início vim morar no ano de 2004. E eu vim para ter um pedaço de terra e criar minha família. Comecei a fazer roça e plantar milho, feijão quiabo, mandioca. Crio galinha (A1,2022).

Essa história é uma demonstração de como a união pode trazer grandes conquistas. A ideia de se juntar com amigos e trabalhadores para comprar e dividir as terras é inspiradora e mostra que quando os trabalhadores e trabalhadoras se organizam em torno de um objetivo comum, podem alcançar grandes feitos. O trabalhador acima se dedicou a cuidar da terra e criar sua família, mostrando que a agricultura pode ser uma atividade muito rica e gratificante.

Eu vim morar aqui porque meu marido já tinha um terreno aqui aí foi o jeito eu vim, isso já casados, mas aqui eu crio porcos e galinhas para ter um pouco de renda e comer o que produzimos. Aqui é um lugar tranquilo, sem violência, sem poluição. Aqui somos uma comunidade unida, ajudando uns aos outros quando preciso. Eu amo viver aqui e cuidar das minhas terras (A2 ,2022).

Essa entrevista, destaca a importância das conexões pessoais para encontrar um lar e como a vida na comunidade pode ser agradável e gratificante. A moradora encontrou um terreno para viver com seu marido e agora usa seus recursos para criar animais e complementar sua renda. Além disso, ela destaca que existe uma sensação de segurança e colaboração na comunidade, fazendo com que ela se sinta feliz e conectada a seu ambiente. É inspirador ver como encontrar um lugar onde se sinta em casa pode trazer tanta alegria e propósito à vida.

Aqui no assentamento eu vim morar mas meu esposo, aqui construímos casa um forno de fazer farinhada para os moradores e região , depois de um tempo meu esposo faleceu , criando mais dificuldade para mim aqui no interior, mas meus netos vieram aqui ficar comigo e nunca vivo só, tem uns 15 anos Eu vim pra cá para ter um pedaço de terra onde pudesse morar e planta. Quando meu marido era vivo eu ajudava ele na roça, em casa , eu ajudava ele no plantio e ele me ajudava nos serviços de casa (A3, 2022).

A entrevista é um relato emocionante da história de vida de uma trabalhadora que vive no assentamento e enfrentou muitas dificuldades. Ela conta que veio para a região em busca de um pedaço de terra para morar e plantar, e que construiu seu lar com a ajuda do marido. Infelizmente, o esposo faleceu e a deixou em uma situação ainda mais difícil.

Apesar das adversidades, a entrevistada não se rendeu e encontrou forças para continuar. Ela conta que os netos vieram morar com ela e nunca mais viveu sozinha. Além disso, ajuda os moradores da região produzindo farinha em um forno que construiu junto com o marido.

A história dessa mulher nos mostra a força e a resiliência de quem vive no campo, enfrentando diariamente os desafios da natureza e da vida. É também uma prova de que a união familiar e a solidariedade entre vizinhos podem ser fundamentais para superar as dificuldades no Assentamento.

Eu vim para cá sozinho minha família era grande meus fii tinha que estudar e aqui não tia condição ai a mulher ficou com os mininos no alto e eu vim trabalhar aqui e fim de semana eu ia lá o mais velho que sempre ficava aqui comigo, e Eu vim pra cá no lugar de outra pessoa que abandonou e como meu amigo daqui sabiam que eu era trabalhador , me convidaram para cá e eu vim ,mas a família ficou no alto, eu sempre trabalhei arrendado, e eu fazia roça e vendia mandioca para os moradores aqui fazer farinhada . aí desistiram 12 pessoas que não aguentaram o rojão no início que dizer desistiram não puque se

desistiram tinha uma assinatura deles desistindo mas eles fizeram foi desistir , ei eu vim (A4, 2022).

O trabalhador A4, nos deu uma informação valiosa, sobre a ausências de jovens e adolescentes no assentamento. E ainda:

Se tivesse mais recurso os jovens moravam aqui, como nos outros assentamentos, então eles vem aqui só nos fins de semana e na semana santa e tempo de fariada comer os beijus não tem uma bola aqui pra eles um banho uma diversão, nem escola só trabalho na roça (A4, 2022).

Percebeu-se nesse momento que os jovens filhos dos assentados preferem a zona urbana, pois, a vida rural só os atrai durante os fins de semana e semana santa e isso se dá pela falta de estrutura econômica, destinado a tal classe no assentamento.

Essa entrevista revela a situação difícil de muitas famílias rurais que não têm condições de se manterem financeiramente em suas regiões de origem. O trabalhador rural teve que deixar sua família para vir trabalhar em um assentamento em Altos – Piauí, onde as condições eram mais favoráveis para ganhar a vida.

No início, ele trabalhava arrendado, fazendo roças e vendendo mandioca para os moradores locais. O número de desistentes no assentamento foi alto, mas ele continuou trabalhando e se estabelecendo ali. Essa é uma história de coragem e perseverança, que mostra como o trabalho árduo pode fazer a diferença para aqueles que têm poucas opções. Além disso, a entrevista também destaca a importância do estudo para que os filhos possam buscar um futuro melhor.

Em suma, ainda é evidente a ausência de políticas públicas que incentivem a permanência desses jovens no assentamento, oferecendo oportunidades de educação, lazer e cultura. Além disso, é importante destacar a falta de investimentos em infraestrutura básica como uma escola e uma área de lazer, que poderiam contribuir não só para a fixação dos jovens, mas também para a melhoria da qualidade de vida de toda a comunidade.

Já na entrevista com A3, viúva, detectamos uma divisão do trabalho atípica da região interiorana do Piauí, sobretudo da zona rural de Altos, onde o homem vai à roça e a mulher fica em casa, realizando as atividades domésticas.



No assentamento as mulheres ajudam o homem no plantio, colheita e os homens nos afazeres de Casa. Depois da morte de seu marido, A3 ficou responsável por dar sequência às atividades produtivas no lote familiar, com auxílio dos filhos ou netos.

Eu vim aqui no lugar de outra pessoa tem uns onze anos não me lembro direito, Eu morava na tranqueira e lá era uma zuada danada tinha até o terreiro de macumba e eu queria um lugar sossegado aí eu vim pra cá aqui eu planto colho, como, vendo faço o que eu quero a terra é mia né (A5, 2022).

Nessa entrevista, o morador do assentamento relata sua decisão de se mudar para o local para fugir do barulho e encontrar um ambiente mais tranquilo para viver. Ele destaca a importância da posse da terra para poder plantar, colher, vender e fazer o que desejar. É interessante notar como a posse da terra é vista como uma forma de autonomia e liberdade pelo morador.

No entanto, é importante lembrar que muitos assentamentos lutam pela regularização fundiária e enfrentam dificuldades para manter a posse da terra. Por isso, é fundamental lutar pela garantia dos direitos dos assentados e pela valorização da agricultura familiar.

*[...] reunimos 20 amigos que queriam um pedaço de terra para trabalhar e morar fizemos associação para poder se beneficiar do crédito fundiário do governo, com o nome Renascer do Campo, mas aqui o nome da localidade é Malhada Alta e compramos essa terra através de empréstimo do crédito fundiário. Depois que criamos associação, as pessoas passaram a conhecer esse local de Renascer no Campo, e até nós morador só agora só chama Renascer no Campo. Esse terreno era do Luizão, mas também essas serras aqui é chamada de mundo Novo e não sei porque colocaram malhada Alta, mas todos os documentos são Malhada Alta, e ao lado tem mais dois assentamentos Força jovem e novo paraíso mais o nosso é mais velho. Na fundação em 2005. Aqui são 226 hectares (A6, 2022).*

Outra fala importante, percebe-se que, o nome do assentamento se remete a associação que os moradores criaram, para ter as condições mínimas para comprar as terras através do programa nacional do crédito fundiário. E que depois da criação do Renascer no Campo, surgiram outros assentamentos na região.

Na entrevista com um dos primeiros moradores do assentamento, foi explicado como o local foi criado através da união de 20 amigos que queriam ter um pedaço de

terra para trabalhar e morar. Eles fizeram uma associação para se beneficiar do crédito fundiário do governo e conseguiram comprar a terra através de empréstimo. O nome do assentamento é Renascer no Campo, mas originalmente o nome da localidade era Malhada Alta. O terreno pertencia ao Luizão e a área das serras é chamada de Mundo Novo. Não se sabe por que colocaram o nome de Malhada Alta, mas todos os documentos são registrados com esse nome. Há outros dois assentamentos ao lado, Força Jovem e Novo Paraíso, mas o Renascer no Campo é o mais antigo. Ele foi fundado em 2005 e ocupa uma área de 226 hectares.

O entrevistado A6 nos revela sua vontade de morar no interior, em suas próprias terras. Ele comenta:

Eu tinha muita vontade de morar no interior , eu sempre trabalhei no que era do outros, como vaqueiro caseiro de sitio, eu sempre tinha vontade de morar no interior mas não tinha condições de comprar uma casa no interior, eu morava no carrasco e trabalhava na chácaras rios em Teresina aí quando veio essa proposta pra vim pra cá por meio do credito fundiário, eu pedir conta lá da chácara( A6,2022).

Essa fala do trabalhador do Assentamento Renascer no Campo demonstra o desejo de muitas pessoas que vivem em grandes centros urbanos, mas que sonham em viver em um ambiente mais tranquilo, no interior, onde possa cultivar suas próprias terras e ter uma vida mais simples e saudável. Para muitas pessoas, esse é um sonho que parece distante, por conta das condições financeiras.

Por isso, o programa de crédito fundiário pode ser uma ótima oportunidade para que esses indivíduos realizem esse sonho e tenham uma vida mais plena e feliz no campo. É possível notar, na fala do trabalhador, a satisfação em ter conseguido essa oportunidade e deixar o trabalho de vaqueiro-caseiro em outra propriedade para trabalhar em seus próprios terrenos. Isso demonstra a valorização que ele dá à oportunidade de viver no campo e a sua dedicação em trabalhar para que sua propriedade gere os frutos esperados.

As histórias contadas nessas entrevistas são bastante comuns em comunidades rurais. Muitas famílias compram terras em grupo para terem um pedaço de terra para plantar e criar animais. Esses lugares geralmente são ligados a uma vida mais simples e tranquila, com pouca presença de violência e poluição.

Além disso, as pessoas se unem para ajudar umas as outras, o que fortalece a comunidade. É interessante notar como esse modo de vida é distinto da vida urbana, com seus conflitos e correrias diárias.

### **3.2 Dificuldades enfrentadas pelos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Renascer no Campo em Altos-PI**

A entrevista a seguir revela a luta e o esforço do entrevistado em superar as dificuldades iniciais para se estabelecer no assentamento. A descrição do caminho difícil e da necessidade de ajudar na construção da casa e do roçado mostra o quão desafiador foi o começo.

no início tive muita dificuldade a estrada era de difícil acesso a ladeira era cheio de mato e esburacada. Tivemos que ajudar na construção da casa na cavação dos potes. No roçado para puxar energia lá do zundão. Eu voltei a estudar e di dia eu trabalhava e di noite ia pra escola (A1, 2022).

O relato de ter retornado aos estudos enquanto trabalhava diariamente ilustra a determinação e a vontade de progredir. Essa entrevista mostra a importância da resiliência e da perseverança para alcançar objetivos, apesar das circunstâncias adversas.

A assentada A2 relata:

A maior dificuldade foi Adaptação do local porque eu tinha que estudar e só tinha escola na cidade, e a demora para sair o primeiro credito além a estrada de acesso a nossa comunidade, escola para minha filha, pois ela tem que acordar cedo e esperar o ônibus no pé da ladeira, e a ladeira era muito ruim se tivesse escola aqui perto iria facilitar pra ela e para outra crianças, sempre pego o credito amigo, uso para compra de criação (A2,2022).

A moradora está relatando algumas das maiores dificuldades que enfrentou na vida no Assentamento. A adaptação ao local pode ter sido a primeira complicação, especialmente por haver poucas opções de escolas próximas – neste caso, a escola mais próxima fica na cidade. Isso pode significar tempo e esforço extras para viajar para a escola todos os dias. Além disso, o processo para obter crédito foi lento e

burocrático, o que provocou um obstáculo para aqueles que precisam de recursos financeiros para sobreviver.

A estrada de acesso ao assentamento também foi um problema, especialmente na parte íngreme que era difícil de percorrer. No entanto, a assentada menciona que usa o crédito para comprar criação, o que sugere que ela está encontrando maneiras de superar essas dificuldades e continuar prosperando em sua vida rural.

Dificuldade que eu tive foi vim morar sozinho, ter que sustentar aqui e lá no alto correr para dá conta em duas casas, minha muie disse que não iria vim comigo. Ganhamos a casa do governo mas tínhamos que dar as cavas da casa e lá vamos nós fazer isso depois tínhamos que limpar o mato para colocar os poste para energia vim lá do zundão .Aqui foi sofrimento. Eu não era aposentado e eu tinha que manter aqui e a casa lá no alto, eu ia em Teresina eu comprava uns peixes e saia vendendo para manter esse aqui. Aqui a ladeira era ruim, graças ao governo do estado e deputado temos a ladeira feito de calçamento depois de muito trabalho e luta com os puliticos (A4, 2022).

A fala do assentado traz à tona as dificuldades enfrentadas por ele ao se mudar para o assentamento, principalmente o desafio de ter que sustentar duas casas em locais diferentes. Ele relata ter recebido uma casa do governo, mas que precisou dar as cavas da casa e limpar o terreno para ter acesso à energia. Ele menciona o esforço que fez para manter a família, inclusive vendendo peixes em Teresina.

Por fim, ele destaca a importância da ação política para melhorar a vida na comunidade, como a construção da ladeira de calçamento, que tornou o acesso ao assentamento mais fácil. A fala do assentado reforça a importância do apoio governamental e da luta coletiva para superar os desafios enfrentados pelos moradores do assentamento.

Não tive dificuldade porque eu sempre trabalhei de roça.kkkkkk, mas tive dificuldade foi de ganhar dinheiro pois tinha que trabalhar também fora para ter odierinho para nossas necessidades aí trabalhava na cidade e aqui, eu fazia roça aqui e vendia ligume na rua e também trabalhava em diária na cidade a ladeira era ruim né ( A5 ,2022).

A fala do morador do assentamento mostra a realidade de muitas pessoas que vivem da agricultura. Ele relata que não teve dificuldades em trabalhar na roça, pois já tinha essa habilidade, mas teve dificuldades em ganhar dinheiro para suprir as necessidades da família. Para isso, ele precisava trabalhar também fora da roça,

vendendo legumes e trabalhando em diárias na cidade. Essa realidade de ter que dividir o tempo entre a roça e outras atividades para garantir o sustento da família é comum nos assentamentos rurais do município de Altos.

A fala do morador mostra a importância de valorizar o trabalho dos agricultores e garantir políticas públicas que possibilitem melhores condições de vida para essas famílias.

Dificuldade foi as despesas e trabalho aqui para fazer a roça puxar luz e cavar o poço e a ladeira cheio de buraco . .Eu, Antônio José, Antônio maroca e o primeiro presidente da associação foi o genro dele Gedgilson mas tiveram uns desentendimento com o sindicato e desistiram daqui e foram embora e com eles foram embora mais uns quatro acompanharam eles E depois que o presidente saiu uns acompanharam ele e tivemos que ir atrás de outros trabalhadores para vim pra cá porque nossa associação tinha que ter no mínimo 20 moradores (A6, 2022).

Nessa entrevista, o morador do assentamento Renascer no Campo em Altos, Piauí, relata as dificuldades que eles enfrentaram para iniciar a comunidade. Ele destaca que as despesas foram um grande problema, principalmente para fazer a roça, puxar a luz e cavar o poço. Além disso, a ladeira estava cheia de buracos, tornando a tarefa ainda mais difícil.

Outro obstáculo que o assentamento enfrentou foi a saída do primeiro presidente da associação, Gedgilson, que teve desentendimentos com o sindicato e acabou abandonando o local junto com outros quatro moradores. Com essa baixa, a associação ficou com menos integrantes do que o mínimo necessário, que era de 20 moradores. Para resolver o problema, eles tiveram que ir atrás de outros trabalhadores para se juntarem à associação e manterem a comunidade funcionando.

São várias as dificuldades, citadas pelos assentados, enfrentadas durante sua existência no assentamento. Entre os vários problemas citados, entre os moradores, tem-se a questão da adaptação inicial pela falta de estrutura das estradas vicinais.

Mediante a fala do assentado A6, alguns moradores que iniciaram o trajeto da compra das terras na Malhada Alta desistiram. Conforme, os atuais moradores, o número de desistência no início da trajetória do assentamento passa dos 50%, isso se deu pelas dificuldades e sofrimentos vividos no início do processo de compra da área e aquisição das casas. Os trabalhadores que optarem por desistir do

assentamento, precisam preencher um documento e assinar, dizendo o motivo da desistência. Documento esse que precisa ser entregue ao presidente do assentamento e ao INCRA Estadual.

Durante o processo de instalação e pagamento pela terra, os trabalhadores e trabalhadoras deveriam entregar esse documento direto aos representantes do INCRA, para que o governo Federal e Estadual tenham ciência de que o morador não pertence mais à comunidade de assentado. Além de um comunicado formal ao sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras rurais de Altos, caso sejam associados a este órgão.

No assentamento Renascer no Campo predomina uma agricultura familiar, onde parte dos produtos agrícolas cultivados são destinados em sua maior parte para consumo familiar. Os mais importantes e de maior relevância na região de acordo com as falas dos assentados são o feijão, o milho e a mandioca.

Por meio dos depoimentos dos assentados, detectou, que as mulheres iniciaram juntas aos maridos os trabalhos no assentamento. Sendo que a esposa do assentado A4 permaneceu na zona urbana, em companhia de seus filhos que precisavam continuar os estudos. Os agricultores A1 e A2, depois de conhecer o novo *espaço* que seria destinado a suas famílias, iniciaram uma pequena roça, e todos os dias se deslocavam da zona urbana onde moravam para trabalhar na região do atual assentamento até os trâmites legais da apropriação das terras.

Durante as entrevistas, 100% dos camponeses relataram o difícil acesso ao assentamento no perímetro da ladeira do Espinheiro. Durante anos, os moradores reivindicavam, junto aos órgãos competentes do município e até do estado, a melhoria da ladeira, sendo atendidos somente no ano de 2022, com a criação do calçamento, como observamos através de imagem no capítulo anterior.

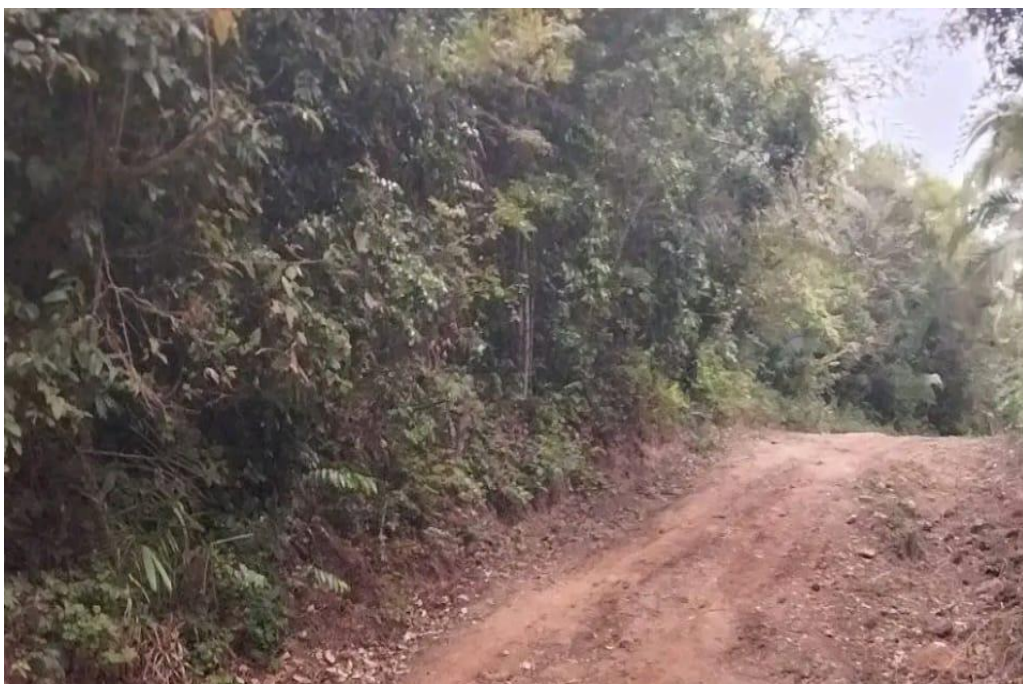
Os assentados relataram as péssimas condições da ladeira de acesso ao assentamento. Na imagem abaixo pode-se observar a situação da ladeira antes do calçamento:

**Figura 19 – Ladeira do espinheiro que dá acesso ao assentamento**



Fonte: Arquivo pessoal de FA (2022)

**Figura 20 – Ladeira do espinheiro que dá acesso ao assentamento**



Fonte: Arquivo pessoal de FA (2022)

Segundo FA, esta imagem foi capturada por seu celular durante seus trajetos de fim de semana até a localidade Renascer no Campo, onde residem seus pais. De acordo com FA, a imagem foi tirada depois de um mutirão realizado pelos próprios moradores para ajeitar a ladeira, e que antes desse serviço, o caminho era praticamente intrafegável. Quando questionada sobre porque ela e seus irmãos não se juntaram ao patriarca da família para viver na região, ela diz:

Papai foi para o assentamento em busca de ter um pedaço de terra para trabalhar, plantar pois, ele sempre trabalhou de roça nos sustentou através da lavoura, nossa família era muito grande e tínhamos que estudar e trabalhar e lá no assentamento não tinha como morar lá trabalhar , a não ser na roça e estudar, escola só tem aqui na cidade, e para nós irmos morar lá e estudar aqui , era melhor ficar na cidade, papai foi com meu irmão mais velho e ficamos aqui com a mamãe, e vamos lá nos fins de semana e na semana santa, mamãe também e meia adoentada e lá seria muito ruim para ela. Mas meu irmão vão lá ajudar o papai a matar porco e vender la na região e aqui na zona urbana. Outra coisa também que não quisemos ir , foi por causa que lá , no início não ter lugar para se divertir, banho, jogo, mas hoje tem né,? O balneário lua cheia, o bar do Sergio, campo dos espinheiro perto do assentamento (FA, 2022).

A fala da filha do morador do assentamento é bastante compreensível, afinal, a busca por melhores condições de vida não pode ser empecilho para a educação e o lazer da família. É importante destacar que o acesso à escola e ao entretenimento também são direitos fundamentais e, muitas vezes, fundamentais para a qualidade de vida e a formação plena das pessoas. Além disso, é interessante notar que a família encontrou uma forma de conciliar o trabalho no campo com as atividades na cidade, demonstrando a importância da diversificação de fontes de renda e da busca por novas oportunidades e formas de desenvolvimento.

Conforme pode ser notado, a jovem indica os motivos pelos quais os jovens não permanecem morando no assentamento, sendo que o primeiro é a falta de escolas na região e o segundo é a ausência de outras opções de trabalho além da agricultura. As palavras de FA são de grande importância para ajudar a entender por que não há jovens morando no assentamento. Porém, é importante notar que durante a entrevista, também é ressaltada a falta de lazer na região desde o começo da estadia do seu pai.

Durante nossa pesquisa *in loco*, pudemos observar duas áreas de lazer recentemente construídas na região do assentamento Espinheiro, próximo ao Assentamento Renascer no Campo.



**Figura 21 – Bar do Sergio na localidade espinheiro, local de encontro dos assentados da região, para conversa e prática de esportes.**



Fonte: Arquivo pessoal de FA (2022).

**Figura 22 – Balneário lua cheia, lugar de lazer da comunidade espinheiro e adjacentes**



Fonte: Arquivo pessoal de FA (2022)

**Figura 23 – Balneário lua cheia, lugar de lazer da comunidade espinheiro e adjacentes.**



**Fonte: Registro fotográfico realizado pelo autor (2023).**

Acreditamos que esse local destaca a importância dos espaços de convivência para a comunidade, principalmente em assentamentos rurais. Além de proporcionar lazer e diversão aos jovens e às famílias da região, esses espaços também servem como ponto de encontro e socialização para os moradores do assentamento.

A iniciativa do Sérgio em criar esse espaço não apenas ajuda a fortalecer os vínculos comunitários, mas também contribui para a valorização e o desenvolvimento da região rural. É fundamental reconhecer o papel dessas iniciativas na promoção de uma convivência mais harmoniosa e solidária entre as comunidades rurais e urbanas. Em relação ao abandono das terras do assentamento pelas famílias, A6 esclarece que as famílias desistentes são substituídas o quanto antes possível, devido ao caráter da associação em ter no mínimo 20 famílias associadas. Caso as famílias se manifestem em querer desistir, elas precisam fazer uma declaração assinar e firmar em cartório

sua intenção de desistente e enviar cópia para associação para medidas cabíveis de substituição, de acordo com o exemplo a seguir:

**Figura 24 – Modelo de declaração de desistente do Renascer no Campo.**

**DECLARAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ portador do RG nº \_\_\_\_\_ SSP-PI, CPF nº \_\_\_\_\_ 388 301-00, juntamente com minha conjugue \_\_\_\_\_ portadora do RG nº \_\_\_\_\_ SSP-PI, CPF nº \_\_\_\_\_, residentes e domiciliados Rua Barcelona s/n, bairro Carrasco no município Altos-PI.

Declaramos junto ao **Projeto PCF** (Projeto de Crédito Fundiário) e à Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar do Assentamento Renascer no Campo da Localidade Mlhada Alta e Mundo Novo no município de Altos-PI.

Declaro ainda que estou desistindo deste projeto por motivos pessoais.

E também pedindo o cancelamento de minha filiação juntos a esta associação.

Altos-PI, 15 de janeiro de 2010

Reconheço por Semelhante a(s) Firma(s) \_\_\_\_\_  
em testemunha \_\_\_\_\_  
Altos(PI), 15 de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_  
Tabelião

Selo de Fiscalização e Autenticidade  
Projeto PCF  
Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar  
Nº ANG 011553  
Série 024

Selo de Fiscalização e Autenticidade  
Projeto PCF  
Associação Comunitária de Desenvolvimento dos Produtores Rurais da Agricultura Familiar  
Nº ANG 011551  
Série 024

Fonte: Arquivo do autor (2023).

De acordo com EA, sua desistência do assentamento se deu por problemas pessoais como se ver em sua fala abaixo:

Eu e mia muier não estava tendo saúde e resolvimos vim embora pra icidade e deixar o assentamento. Lá é bom tem nossa terra criação de animais os ligumes, casa boa. Que nunca tia morado antes. Mas é só muito trabalho, principalmente no início, agora não la ta fácil tem tudo,. a estrada é boa rapidio tamo aqui na cidade. Mas no começo era um sofrimento , tia que plantar colher e vender aqui no alto para ter um dierio. Tia que subir a ladeira no período da chuva , so a lama subia empurrado a bicicleta, agora la sobem é de moto muito bom né? Eu assinei um papel e desistir ( EA, 2023) .

A fala do ex-assentado do assentamento Renascer no Campo mostra que, apesar das dificuldades iniciais enfrentadas, o assentamento adquiriu boas condições de vida, com a possibilidade de cultivar a própria terra, criação de animais e uma casa adequada. No entanto, a falta de saúde e a falta de facilidades de acesso à cidade levaram o AE e sua esposa a desistirem do projeto e retornarem à cidade.

É importante destacar que o processo de assentamento rural é complexo e envolve diversas questões, como o acesso à terra, à infraestrutura básica e aos meios de subsistência. Embora muitos assentamentos rurais tenham sido bem-sucedidos, há muitos desafios a serem enfrentados, especialmente no início. Nesse sentido, é fundamental que as políticas públicas garantam a sustentabilidade e a qualidade de vida para as populações rurais, incentivando a permanência no campo.

Embora em sua fala, o EA fale das dificuldades enfrentadas no assentamento, percebe-se que ele remete o termo “Casa boa” ao designar a casa de alvenaria, pois segundo ele, sempre morou em casa de taipa, e no assentamento teve o privilégio de viver em uma casa de tijolo.

A questão do comunicado formal e oficialização da saída de um morador do assentamento é importante para manter o controle e organização do local, além de evitar que a pessoa continue usufruindo dos benefícios do assentamento mesmo após ter saído. Percebeu-se também que a agricultura familiar é uma atividade importante para o assentamento Renascer no Campo, e os produtos mais cultivados para consumo próprio permitem aos moradores se alimentarem de forma saudável e sustentável.

A dificuldade de acesso ao assentamento é outro tema relevante, evidenciado pela péssima situação da ladeira antes do calçamento. Observa-se que os assentados lutaram durante anos por melhorias na infraestrutura, e com a criação do calçamento em 2022, houve finalmente a melhoria na acessibilidade para o assentamento, o que facilitou a vida dos moradores e permitiu um acesso mais rápido para a cidade.

Por outro lado, o que se pode perceber na fala dos assentados, é que este é visto como um momento de experiências e conquistas em suas vidas, e essas vitórias abordaremos nos próximos tópicos.

### **3.3 Conquistas dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Assentamento Renascer no Campo em Altos-PI.**

Quando essas ideias de comprar um pedaço de terra através dos programas governamentais chegaram aos trabalhadores altoenses, despertou-se o interesse de muitos agricultores que não tinham terra para cultivar ou mesmo morar. Segue o relato das conquistas dos assentados com suas próprias palavras:

No alto eu morava de casa alugada, trabalhava nas terras dos outros e era muito ruim já aqui eu consegui terra agora a terra é minha e tenho uma casa de telha de tijolo água encanada luz e créditos no banco que comprei criação e posso comer e vender (A1,2022).

Essa entrevista do morador do assentamento é muito significativa, pois revela como uma mudança na situação de moradia e acesso à terra pode trazer mudanças positivas na vida das pessoas. O fato de o entrevistado ter conseguido uma terra para morar e trabalhar fez com que ele tivesse mais segurança e autonomia.

Além disso, ele destaca a importância do acesso a serviços básicos, como água encanada e energia elétrica, para melhorar a qualidade de vida da população rural. Também é interessante observar que ele menciona ter acesso a crédito no banco, o que indica que programas de financiamento agrícola podem ser importantes para que as pessoas possam investir em suas atividades produtivas.

Portanto, essa entrevista mostra como a questão da reforma agrária e do acesso à terra pode ser fundamental para reduzir a desigualdade social e promover o desenvolvimento das comunidades rurais.

(...) aqui consegui Terra, casa, créditos do banco alimentos saudáveis, animais ,Eu faço roça planto milho feijão quiabo mandioca, crio galinha, porco, ovelha eu utilizo para o consumo e comercializo Hoje, nós aqui, vivemos da produção em nossos quintais, e roças, produzimos nossa farinha , economizamos na compra da farinha do milho para os animais. (A2,2022).

Olha nós temos facilidade do governo de fazer empréstimo no banco com juros pequenos , e com esse dinheiro nós compramos bicho para comer e vender, tem também o Pronaf, e com o dinheiro dessas vendas nós pagamos a parcela do crédito fundiário. (A2,2022).

É realmente interessante ver que essa pessoa conseguiu conquistar sua independência financeira através da terra e dos recursos que ela oferece. É admirável o fato de produzirem alimentos saudáveis e utilizarem os recursos naturais de maneira sustentável. Além disso, a facilidade de acesso aos empréstimos com juros baixos é um grande benefício para essas pessoas, permitindo que elas comprem o que precisam e invistam na produção. Com isso, conseguem pagar suas dívidas e tornar-se cada vez mais independentes. É um exemplo a ser seguido em nossa sociedade.

(...) aqui tenho Terra, casa, créditos do banco, animais para viver eu faço roça planto milho feijão , crio galinha, porco ovelha mas arrendo meu forno para os moradores e vendo. Sempre pego créditos do governo como credito fundiário, credito amigo, uso para compra de criação. E para a casa de forno (A3,2022).

Essa entrevista demonstra a realidade de muitos brasileiros que vivem da agricultura familiar e da criação de animais. É importante reconhecer o valor desse trabalho e a importância de políticas públicas que ajudem a fortalecer essa atividade, como os créditos do governo mencionados pelo entrevistado. Além disso, a diversificação das fontes de renda, como o arrendamento do forno e a venda de produtos transformados, mostra a importância da criatividade e do empreendedorismo na agricultura familiar. No entanto, é preciso lembrar que muitos agricultores e criadores ainda enfrentam desafios, como a falta de infraestrutura e a concorrência desleal com grandes empresas do agronegócio, e são necessários esforços para superar essas dificuldades.

Assim, como a maioria dos trabalhadores entrevistados A1, A2 e A3 relataram que o grande benefício adquirido no assentamento foi a terra, que é usada para plantio e morada, eles também falam dos benefícios de créditos financeiros dos governos estadual e federal para compra de animais para seu consumo e comercialização. Sendo que a A3 investiu seus créditos na instalação de uma casa de forno no assentamento. A2 ainda enfatiza que os programas do fomento rural ajudaram na aquisição de animais e/ou com o lucro dessas vendas os moradores pagam a parcela do credito fundiário referente à compra da terra.

Eu faço roça, plantio, de frutas caju, mamão manga cana de açúcar tenho casa Terra, crio porco graças a Deus eu tenho muita coisa depois que vim pra cá ainda tem os créditos do banco, os alimentos aqui eu uso para o consumo e também para vender que é através do dinheiro desses produtos que eu compro milho para as galinhas ração para os bichos, pago uma prestação. Tivemos também ajuda do sindicato e hoje eu sou aposentado graças ao sindicato dos trabalhadores rurais (A4,2022).

A entrevista revela a luta e o esforço de um trabalhador rural para conquistar sua própria terra e garantir seu sustento através do plantio e criação de animais. É notável que a ajuda do sindicato foi fundamental para sua aposentadoria. Além disso, é interessante ver que o entrevistado usa os alimentos para consumo próprio e para ter uma fonte de renda através da venda dos produtos.

Isso mostra a importância do plantio e da autossuficiência na vida do trabalhador rural. No entanto, é importante lembrar que muitos trabalhadores rurais ainda enfrentam dificuldades e precisam de mais apoio para garantir seus direitos e condições de trabalho justos.

O trabalhador rural, A4, enaltece a parceria do sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, que o auxiliou na conquista da aposentadoria, além de relatar suas conquistas depois de assentado.

Terra, acabou a humilhação dos donos da terra a gente trabalhava nas terras dos outros e tinha que arrendar. Agora eu planto em minha terra, planto milho feijão mandioca, arroz para consumo e vender também para pagar os trabalhadores que nos ajuda na roça e farinha (A5,2022).

A entrevista acima retrata uma importante mudança na realidade dos trabalhadores rurais, que agora têm a possibilidade de plantar em suas próprias terras e, conseqüentemente, ter mais autonomia e dignidade no trabalho.

Anteriormente, muitos trabalhadores rurais eram obrigados a trabalhar nas terras de outros proprietários e arrendar um pedaço para produzir aquilo de que precisavam para a subsistência. Essa situação, muitas vezes, resultava em condições precárias de trabalho, exploração e falta de segurança financeira.

Com a possibilidade de plantar em suas próprias terras, esses trabalhadores conseguem produzir alimentos para seu próprio consumo e para comercialização, o

que traz uma nova fonte de renda e autonomia financeira. Além disso, o entrevistado destaca que consegue pagar os trabalhadores que o auxiliam na roça e farinhada, o que abre oportunidades de emprego para outras pessoas da comunidade local.

Essa mudança na realidade dos trabalhadores rurais é consequência de políticas públicas que vêm sendo implementadas ao longo dos anos, que visam a democratização da terra e a garantia dos direitos dos trabalhadores rurais. No entanto, ainda é preciso avançar em muitos aspectos, como a valorização do trabalho no campo e a implementação de políticas que garantam a produção sustentável e a diversificação dos sistemas produtivos.

Portanto, a entrevista acima traz uma reflexão importante sobre as transformações que estão ocorrendo no meio rural e a necessidade de continuar lutando por direitos e condições justas de trabalho no campo.

As pessoas me perguntam se valeu a pena eu vim pra cá eu digo que sim porque se eu não tivesse vindo no início iria perder a oportunidade de ter um pedacinho de terra e casa e realizar meu sonho de ter uma casa no interior, fiz empréstimo no banco para criar animais casa. Hoje eu planto so para consumo mesmo porque já to aposentado com a mulher mas no início nos vendia para ter um dierinho, aqui até me aposentei pelo sindicato (A6,2022).

A entrevista expressa a importância de agarrar as oportunidades que a vida oferece. O entrevistado demonstra que veio para o interior por causa do sonho de ter uma casa própria e um pedaço de terra para cultivar. Ele trabalhou duro para realizar seu sonho, inclusive tendo que fazer empréstimos no banco para poder criar animais e construir sua casa. No entanto, ele não perdeu de vista o seu objetivo, e com perseverança e dedicação, conseguiu alcançá-lo.

Além disso, outra lição importante que podemos tirar da entrevista é a ideia de que o trabalho e a dedicação podem gerar frutos ao longo do tempo. O entrevistado menciona que, hoje em dia, já está aposentado e não precisa mais vender os produtos que cultivava, mas que no início de sua jornada na fazenda, precisava vender para ter um dinheiro extra. Isso mostra que o trabalho árduo deu frutos e permitiu que ele adquirisse a estabilidade financeira que tanto desejava.

Por fim, é importante notar que o entrevistado se juntou a um sindicato, o que lhe permitiu alcançar não apenas a estabilidade financeira, mas também outras



conquistas de direitos, como a aposentadoria. Esse é um exemplo de como devemos buscar ajuda e união com outras pessoas que possam lutar pelos nossos interesses.

Em resumo, a entrevista nos mostra a importância de agarrar as oportunidades que a vida nos oferece, trabalhar duro e ser perseverante para realizar nossos sonhos. Além disso, mostra que a união e a luta em grupo podem trazer benefícios não só para assentados, mas também para outras pessoas da comunidade.

O assentado A5 relata a humilhação que passou durante o trabalho nas terras dos latifundiários altoenses, pois, além de trabalhar em terra que não lhe pertencia, deveria dividir tudo que arrecadasse na roça com o proprietário da terra. Já durante a entrevista, com o trabalhador A6, percebemos que ele se emocionou a ponto de derramar lágrimas ao contar sua história, e de como adquiriu um pedaço de terra para morar e plantar. Sendo a realização de um sonho pessoal.

Conversamos também com FA sobre os benefícios que seus familiares adquiriram depois de sua morada no assentamento, ela disse:

Papai sempre trabalhou no que era dos outros, e depois da compra da terra ele teve sua própria terra, um lugar para viver e plantar, ele sempre quis ir viver na zona rural, mas não tinha condições e depois que os amigos dele chamaram para morar no assentamento demos a maior força pra ele comprar, lá ele já se aposentou pelo sindicato rural , ele tem uma casa, galinha porco frutas e uma bela casa, tudo isso foi adquirido depois do assentamento ( FA, 2022).

A história narrada pela filha do assentado revela a transformação significativa que a posse da terra representa na vida de uma família. Durante grande parte da sua vida, o pai trabalhou em terras alheias, muitas vezes em situações precárias, sem perspectivas de melhoria de vida ou garantias trabalhistas. A luta pela terra, comum entre trabalhadores rurais, implicou na busca por uma vida mais digna e autônoma, onde o trabalho da família pudesse ser integralmente para si mesma.

O assentamento, então, tornou possível a realização desse sonho. Com a compra do terreno, a família pôde finalmente se estabelecer na zona rural e cultivar a terra de forma autossustentável, produzindo comida para consumo próprio e vendendo o excedente na feira do município. Além disso, a aposentadoria do pai pelo

sindicato rural e a posse da casa, frutas, galinhas e porcos garantem estabilidade e segurança para a família.

A história do assentado retrata uma luta coletiva por direitos e justiça social, que transforma a realidade de inúmeras pessoas que lutam por justiça no campo. O assentamento é uma ferramenta legislativa e política que dá acesso à terra a pequenos produtores rurais, que têm na terra o meio de sobrevivência. Como podemos notar pelo exposto acima, são nítidos os benefícios dos assentados que participam do assentamento.

Da fala de dois moradores detectamos que o assentamento deixou de receber alguns benefícios nos últimos três anos devido à falta de união dos assentados. Um morador comenta:

No início os moradores era mais unido combinação era muito boa depois que conseguimos a terra , casa e bem feitoria , parece que cada um ficou em sua casa descansando, as reuniões para discutir as coisas era muita. Perdimo muitos projetos para melhoria do assentamento , como irrigação e em 2000 era pra ter uma criação de peixe aqui, mas não nos unimos e foi para o assentamento ( A6, 2022).

Outro assentado, complementa a fala anterior ao dizer:

(...) acho que depois dos benefícios a coletividade foi se nós tivesse seguido a pisada do início da criação até hoje nosso assentamento já tia mais melhoria até calçamento, como nos o lugar. Quisemos ter um curso de criação de peixe aqui e os moradores não se interresaram ( A2 ,2022).

A partir das falas dos dois moradores, podemos inferir que um dos principais problemas enfrentados pelo assentamento é a falta de união entre os assentados. O primeiro morador destaca que, no início do processo de assentamento, os moradores eram mais unidos e se reuniam frequentemente para discutir melhorias para o assentamento. No entanto, após a conquista da terra e da infraestrutura básica, parece que cada um ficou em sua casa, deixando de participar ativamente das decisões coletivas.

O resultado disso foi a perda de projetos importantes, como a irrigação e a criação de peixes. O segundo morador complementa essa ideia, argumentando que a

falta de coletividade impediu que o assentamento tivesse mais melhorias, como calçamento. Ele destaca também que os moradores não se interessaram por um curso de criação de peixes, o que mostra a falta de engajamento dos assentados em atividades que poderiam trazer benefícios a todos.

Essas falas revelam, portanto, que a falta de união e de participação dos assentados é um obstáculo para o desenvolvimento do assentamento. Para superar esse problema, é fundamental que os moradores se organizem e se conscientizem da importância de trabalharem juntos em prol do bem comum. Isso pode incluir a retomada de reuniões e assembleias para discutir os problemas e projetos do assentamento, bem como a criação de grupos de trabalho para a realização de atividades coletivas. Somente assim será possível garantir a continuidade do processo de desenvolvimento do assentamento e a melhoria da qualidade de vida de seus moradores.

Destacamos também, nas entrevistas com os moradores, a importância da mão-de-obra familiar como base para o desenvolvimento das atividades produtivas nos assentamentos rurais. As famílias participam ativamente da produção. No entanto, no assentamento mencionado, exploração da terra é realizada através da força de trabalho familiar, sem a presença de cooperativas organizando a produção e favorecendo a comercialização dos produtos, o que traz dificuldades para os assentados.

Apesar disso, a maioria consegue manter-se na terra e produzir para consumo familiar, gerando excedente para comercialização. Esses produtos são vendidos em feiras locais ou para intermediários. Percebemos também que a ausência de uma união irá prejudicar os assentados, tornando a comercialização mais difícil e reduzindo seus rendimentos. Ao mesmo tempo, evidencia a capacidade dessas famílias de produzir e gerar excedente para a comercialização, mesmo sob dificuldades.

Em geral, os sujeitos pesquisados avaliam uma grande conquista em ser e/ou ter sido membro da comunidade de assentado. Foi através das políticas públicas destinadas à zona rural que muitos trabalhadores e trabalhadoras adquiriram condições humanas de um viver digno, com moradia, e meio de explorar a terra.

Juntos, esses depoimentos ressaltam a importância do assentamento rural como um espaço de resistência e luta pela garantia de vida digna no campo, não somente para as famílias que os habitam, mas também para a preservação e cuidado

com a natureza. A luta por reforma agrária e pela distribuição justa de terras está intrinsecamente ligada à luta por um país mais justo e igualitário.

Portanto, o assentamento renascer no Campo em Altos, Piauí, apesar dos desafios que ainda enfrenta, tem-se mostrado uma alternativa viável para a distribuição de terras e para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. É necessário, porém, que sejam investidos recursos e esforços por parte do poder público e de outras entidades para estimular o desenvolvimento do assentamento e garantir melhores condições de vida para os moradores da região.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou apresentar uma reflexão sobre a reforma agrária no Brasil e no Piauí e o impacto que teve a criação do assentamento Renascer no Campo para os trabalhadores e trabalhadoras rurais da cidade de Altos-Piauí.

No assentamento Renascer no Campo, o acesso à terra e aos créditos permitiu aos moradores uma dignidade social, permitindo uma capacidade de se autossustentar através do trabalho agrícola e fomento das políticas públicas do Campo.

Neste processo de produção do estudo de caso e a realização das entrevistas, foi possível perceber que, mesmo em um assentamento considerado sem luta pela posse da terra, há muitas dificuldades relatadas pelos assentados. E essas dificuldades apontadas durante a dissertação provocou a desistência de muitos assentados, que preferiram retornar a sua região de origem, bairros de Altos.

Outro fator importante são os benefícios adquiridos por ser um assentado. O principal deles foi a aquisição da Terra e uma casa.

No momento a maior necessidade para o Assentamento é a construção de uma casa que funcione como sede. Segundo um dos moradores, isso está sendo um empecilho para que as reuniões da comunidade sejam feitas periodicamente. E essa falta de reunião prejudica as lutas coletivas para melhoria do assentamento.

Com relação à falta de jovens no assentamento, isso se dá pela inexistência de políticas públicas voltadas para fixar e atrair os adolescentes na região do Renascer no Campo. É preciso salientar que existem três assentamentos próximos, sendo que um deles teve como protagonistas, de lutas pela terra, jovens altoenses que posteriormente colocaram o nome do assentamento de Força Jovem.

No cenário político local, no período das discussões para criação da associação Renascer no Campo e a compra das terras, dois trabalhadores rurais foram eleitos vereadores. Assim o grupo de trabalhadores tinha agora autoridades municipais para ajudarem na luta pela conquista da terra e benefícios rurais.

As políticas públicas destinadas aos trabalhadores e trabalhadoras fundadores do assentamento, foram: crédito fundiário, que possibilitou a compra das terras, Programa Nacional da Agricultura Familiar, Programa de Crédito para compra de materiais de construção.

A criação de assentamentos é uma importante política para garantir o direito à terra e ao acesso a recursos naturais a pequenos agricultores. Embora existam diferentes modelos de criação de assentamentos, é fundamental que sejam associados a políticas de crédito rural, capacitação e assistência técnica, garantindo o sucesso da política e o desenvolvimento rural. O apoio do Estado é fundamental para essa política, garantindo a realização dos direitos dos trabalhadores rurais.

Portanto com as pesquisas feitas para o desenvolvimento desse trabalho dissertativo sobre o estudo de caso do assentamento Renascer no Campo na cidade de Alto-Piauí, abriu um leque para futuras pesquisas sobre os assentamento rurais altoenses no século XXI, e também por esse ser um dos primeiros trabalhos desse caráter, voltado para os trabalhadores rurais altoenses na região.

É importante destacar o potencial das regiões de Espinheiro, Força Jovem e Novo Paraiso como locais de pesquisa e, conseqüentemente, de desenvolvimento rural para a região. É notório que ainda há muito a ser explorado e que há muitas informações e detalhes que ainda não foram descobertos nessa dissertação, e que podem ser evidenciados por futuras pesquisas acerca do movimento rural altoense.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, P. E. A. **O novo rural brasileiro: formas de organização social e espacial**. São Paulo: Ed. Unesp. 2003.

\_\_\_\_\_. **Decreto Presidencial no 6.672/2008, de 2 de dezembro de 2008**, que regulamenta o art. 6º da Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, que trata do Subprograma de Combate à Pobreza Rural, instituído no âmbito do Programa Nacional de Reforma Agrária, e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/Decreto/D6672.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6672.htm)>. Acesso em: 10 set. 2022.

\_\_\_\_\_. **Lei no 4.504/1964, de 30 de novembro de 1964**, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Casa Civil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm)>. 1993 Acesso em: 22 out.2022

\_\_\_\_\_. IPEA. **Políticas sociais: acompanhamento e análise**. (jun. 2000 - ). Brasília: IPEA, 2012.

CADERNOS MCIDADES – HABITAÇÃO. **Política agrária do governo Lula valorizou o agronegócio**. Novembro de 2004. Disponível em: <<http://www.capacidades.gov.br/medias/1b1882915d26795d5df76155fed2fd5f.pdf>>. Acesso em: 26 maio 2022.

CARVALHO, Maria do Amparo Alves de. **História e Repressão: Fragmentos de uma memória oculta em meio às tensões entre Igreja Católica e o regime Militar em Teresina**. UFPI Teresina, 2006 Dissertação de mestrado

DEMO, P. Alguns Traços do Associativismo. In: **Cidadania Pequena – Fragilidades e Desafios do Associativismo no Brasil**. Campinas: Editora Autores Associados, 2001. p. 27-40.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Campinas: Editora da Unicamp: Área de publicações MU/Unicamp, 1998. 312p. (Coleção Tempo & Memória, 5).

FORTES, Alexandre; CORRÊA, Larissa Rosa; FONTES, Paulo. **Movimento SemTerra**. In.: \_\_\_\_\_. Dicionário histórico dos movimentos sociais brasileiros (1964-2014). Edição Digital (2021).

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneo 3ª Ed. São Paulo Loyola 2003.

GONÇALO, José Eduardo. **Reforma agrária como política social redistributiva**. Brasília: Plano, 2001. GUIMARÃES, A. P. Quatro séculos de latifúndio. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. 6 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

LINHARES, Maria Yedda L.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira. **Terra prometida: uma história da questão agrária no Brasil**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MACIEL, Caio Augusto Amorim – Interpretando a Cognição Ambiental na Comunidade Rural de Sítios dos Montes, Belém do São Francisco - PE: Premissas Para Ações de Educação Ambiental com Pequenos Agricultores do Semi- Árido Nordeste: Belém do São Francisco: Portal do São Francisco – **Revista do Centro de Ensino Superior do Vale do São Francisco**: CESVASF, ano 5, nº 5, dezembro de 2006

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro, FASE, 1989

MEDEIROS; Antônio José **Movimentos Sócios** In: Piauí Formação desenvolvimento – Perspectiva org. R.N Monteiro de Santana. Teresina, Halle.

O Altoense. Ano 01. nº 01. Altos. Março, 1987.

SCOLESE, Eugênio. **A reforma agrária**. São Paulo: Publifolha, 2005.

SEBRAE. **Associativismo: o que é?** Disponível em:

<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/ap/artigos/associativismo-o-que-e>.  
acesso em: novembro/2022

SILVA, José Graziano. **O que é questão agrária**. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

SILVA, Luíz Otávio. **Terras devolutas e latifúndio: efeitos da Lei de 1850**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. São Paulo Ed. Paz e Terra 2003



## APÊNDICES

### Apêndice 1 – Questionário aplicado aos moradores Assentamento Renascer no Campo em Altos-PI

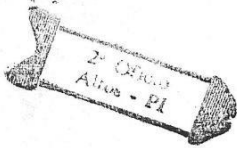
#### QUESTIONÁRIO

Nome:

**Idade:      Sexo:      Cor/raça      Localidade do assentamento**

- 1) Para começarmos essa conversa, eu gostaria que você me contasse um pouco da sua história aqui no assentamento? Quando você veio morar no Assentamento?
- 2) Por que veio para o Assentamento?
- 3) Quais as primeiras famílias a vim morar no Assentamento?
- 4) Quais benefícios adquiriu depois de estar no Assentamento?
- 5) Quais atividades econômicas realiza no Assentamento?
- 6) Os alimentos produzidos em sua roça e a criação de animais, são para o consumo próprio ou também para comercialização?
- 7) Quais dificuldades enfrentou no início do assentamento?
- 8) Quais dificuldades enfrenta no assentamento?
- 9) Você é associado ao sindicato dos trabalhadores e trabalhadoras rural de Altos?
- 10) Qual a principal modalidade de crédito que você utiliza? E qual o destino do crédito?

## Apêndice 2 – Documento de fundação do STTR



*FR Silveira*

Exmo. Sr. Ministro do Trabalho e Previdência Social:

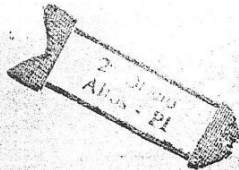
O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altos, organizado com o intuito de coordenar, estudar e defender os interesses profissionais dos Trabalhadores Rurais e com a sede Provisória no Centro Operário Altoense, nesta cidade, representado pelo seu Presidente abaixo assinado, vem, de conformidade com as instruções Ministeriais, requerer sua investidura sindical e para tal fim anexa os seguintes documentos:

- 1 - Exemplar do Edital de Convocação;
- 2 - Cópia autêntica da Ata de Fundação em 3 vias;
- 3 - Pedido de dispensa do serviço social fundado;
- 4 - Cópia autêntica dos Estatutos Sociais;
- 5 - Pedido de dispensa de que reúne 1/3 dos integrantes da categoria;
- 6 - Relação nominal dos Diretores;
- 7 - Atestado de conduta e de exercício de profissão e residência dos Diretores;
- 8 - Relação nominal dos associados fundadores;
- 9 - Pedido de dispensa da declaração de patrimônio;
- 10 - Atestado de brasilidade.

Nêstes Termos,  
P. Deferimento.

Altos, 05 de junho de 1971.

*Francisco Ribeiro da Silveira*



g. H. Silveira

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE ALTOS - PI  
RELACÃO NOMINAL DOS DIRETORES

DIRETORIA PROVISÓRIA

PRESIDENTE

Francisco Ribeiro da Silveira, filho de Dominges Ribeiro da Silveira e Bertulina Ribeiro da Silveira, natural de ALTOS-PI, casado, nascido a 16 de agosto de 1926, residente no município de Altos-Pi, agricultor e tem 30 anos de exercício na profissão.

Francisco Ribeiro da Silveira

SECRETÁRIO

Antonio Gonçalves da Costa Neto, filho de Antonio Gonçalves da Costa e Cristina Francisca da Silva, natural de Altos-Pi, casado, nascido a 25 de abril de 1939, não tem carteira profissional, é agricultor e tem 13 anos de exercício na profissão.

Antonio Gonçalves da Costa Neto

TESOUREIRO

Sebastião Azevedo de Carvalho, filho de Raimundo Albertine de Carvalho e Francisca Azevedo de Carvalho, natural de Cratáus-Ga, nascido a 20 de janeiro de 1930, casado, residente a rua João de Paiva, 582 - Altos-Pi, não tem carteira profissional, é lavrador e exerce a atividade há mais de 20 anos.

Sebastião Azevedo de Carvalho

1º SUPLENTE DA DIRETORIA

Luiz Pereira da Silva, filho de Francisco Pereira da Silva e Virgínia Pereira da Silva, natural de Altos-Pi, nascido a 24 de janeiro de 1931, casado, residente no município de ALTOS-PI, não tem carteira profissional, é agricultor e tem 25 anos de exercício na profissão.

Luiz Pereira da Silva

2º SUPLENTE DA DIRETORIA

Cícero Gonçalves da Costa, filho de Antonio Gonçalves da Costa e Maria da Conceição Costa, natural de Altos-Pi, nascido a 03 de outubro de 1924, casado, residente no município de Altos-Pi, tem carteira profissional, é agricultor e tem 20 anos de exercício na profissão.

Cícero Gonçalves da Costa